CURSO BACHARELADO EM ENFERMAGEM

DAIANE RIBEIRO LEMES

EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA: COMPREENSÃO DA INSTRUÇÃO REMOTA E DESEMPENHO ACADÊMICO

Apucarana
2022

DAIANE RIBEIRO LEMES

EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA: COMPREENSÃO DA INSTRUÇÃO REMOTA E DESEMPENHO ACADÊMICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Enfermagem da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientador: Prof. Me. Diego Raone Ferreira.

Apucarana
2022

DAIANE RIBEIRO LEMES

EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA: COMPREENSÃO DA INSTRUÇÃO REMOTA E DESEMPENHO ACADÊMICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Enfermagem da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Enfermagem, com nota final igual a 10,0 conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Me. Diego Raone Ferreira
Faculdade de Apucarana

Profª. Dra. Débora Cristina Martins
Faculdade de Apucarana

Profª. Me. Camila Samira de Simone Bolonhezi
Faculdade de Apucarana

Apucarana, 11 de junho de 2022.

Dedico este trabalho a todo o curso de Enfermagem da Faculdade de Apucarana, e aos seus docentes e discente que, de alguma forma, disponibilizaram um pouco do seu tempo para ajudar.

Gratidão a todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Deus, por ter me dado do dom da vida, permitindo-me chegar até aqui. Ele me sustentou em todas as adversidades e deu-me graça e sabedoria, ensinando-me a confiar em suas promessas e que sua vontade é boa, perfeita e agradável.

Agradeço a minha mãe, Tereza Rodrigues Ribeiro, minha maior incentivadora, sem ela nada disso seria possível. Aquela que foi mãe e pai, e soube criar seus filhos com amor e carinho, ensinando-os o caminho certo a seguir. Ao meu pai, Enilson Lemes (*in memoriam*), agradeço a oportunidade de ser sua filha e pelos ensinamentos repassados a mim e aos meus irmãos. Sei que sentiria orgulho da mulher que me tornei.

Agradeço aos meus irmãos, Wellington Rodrigues Ribeiro e Diego Ribeiro Lemes, e ao meu namorado Juliano Silva de Oliveira, por terem me incentivado a continuar, mesmo em momentos em que pensei em desistir.

Ao corpo docente da Faculdade de Apucarana (FAP), não tenho como expressar minha gratidão a vocês que, durante cinco anos com empenho, dedicação e carinho, desempenharam a arte de lecionar. Ensinaram, não somente a profissão em si, mas sim, a sermos pessoas com caráter e humanizados, a desempenhar nosso papel com ética e ter empatia pelo próximo.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Me. Diego Raone Ferreira, por ter assumido este desafio junto a mim, por me ensinar e me incentivar, ajudando-me a concluir esta pesquisa com sucesso.

Externo minha gratidão a banca examinadora, por ter aceito essa missão, pelo interesse e disponibilidade.

Agradeço, também, a coordenadora do curso de enfermagem, Prof.ª Dra. Débora Cristina Martins, por me ajudar nos momentos em que precisei. Ao diretor geral, Prof. Dr. Lisandro Rogério Modesto, manifesto minha gratidão por ter aberto a porta da instituição, pois sem a sua permissão nada disto seria possível.

Aos professores e alunos que colaboraram direta e indiretamente com a pesquisa, agradeço por terem aceitado o desafio e disponibilizado tempo para que esta pesquisa fosse realizada. Não há dúvidas de que participação de vocês foi fundamental neste processo.

Em suma, gratidão a todos vocês por me ensinarem e saibam que, sempre que alcançar meus objetivos, lembrarei dos ensinamentos a mim depositados com o coração cheio de gratidão.

Às minhas amigas Franciele, Fernanda, Stefani, Tatiane e, em especial, a Mayara e Valeria, que trilharam esses cinco anos ao meu lado e vibraram com cada vitória conquistada. Agradeço pelos momentos felizes e tristes, pois eles nos ensinaram muito. Desejo sucesso a todas nós nessa nova etapa que se inicia.

Deixo aqui, meu muito obrigada a todos.

Que todos os nossos esforços estejam sempre focados no desafio à impossibilidade. Todas as grandes conquistas humanas vieram daquilo que parecia impossível.

Charles Chaplin.

LEMES, Daiane Ribeiro. **Educação em enfermagem em tempos de pandemia: Compreensão da instrução remota e desempenho acadêmico.** 88p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Graduação em Enfermagem da Faculdade de Apucarana. Apucarana-Pr. 2022.

RESUMO

A pandemia do COVID-19 está causando grandes transtornos à população, desde seus primeiros relatos em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, capital de Hubei na China. A infecção pode variar de quadros assintomáticos, como um resfriado comum, a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), em sua maior gravidade. Dentre as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), destaca-se o isolamento social, que afetou diversos setores econômicos do país, inclusive as Instituições de Ensino Superior. Deste modo, o presente estudo tem como objetivo compreender a utilização das tecnologias de informação e comunicação em um curso de bacharelado em enfermagem durante o período de pandemia. Para isso, adotou-se como método a pesquisa exploratória, descritiva, de abordagem quanti-qualitativa, desenvolvida por meio de uma técnica participativa de coleta de dados, denominado *Photovoice*. Fizeram parte do estudo 34 acadêmicos de três períodos distintos de um curso de enfermagem que, foram divididos em grupos, e registraram 8 fotografias. Essas imagens deram origem a cinco categorias de análise, que são elas: o ensino remoto está mascarando um problema; a parte mais importante da enfermagem é a prática; contribuições do ensino remoto; dificuldades para se adaptar ao ensino remoto e a falta de atenção durante as aulas remotas; e, houve uma dificuldade por parte do docente e discente em relação a adaptação ao ensino remoto emergencial. Com os resultados, foi possível compreender que o uso de tecnologias remotas foi essencial para dar prosseguimento ao ano letivo. No entanto é necessário realizar um estudo mais aprofundado, afim de se obter didáticas de ensino voltadas para o ensino remoto, que contribua diretamente para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chaves: Educação em enfermagem. Covid-19. Educação à distância. Tecnologia da Informação.

LEMES, Daiane Ribeiro. **Contributions of information and communication technologies in nursing reaching in times of pandemics.** 88p. Course Completion Work (Monograph). Graduation in Nursing from the Faculty of Apucarana. Apucarana-Pr. 2022.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic is causing great inconvenience to the population, since its first reports in December 2019, in the city of Wuhan, capital of Hubei in China. The infection can range from asymptomatic conditions, such as a common cold, to Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS), at its greatest severity. Among the guidelines of the World Health Organization (WHO), social isolation stands out, which affected several economic sectors in the country, including Higher Education Institutions. Thus, the present study aims to understand the use of information and communication technologies in a bachelor's degree in nursing during the pandemic period. For this, the exploratory, descriptive research method was adopted, with a quantitative-qualitative approach, developed through a participatory data collection technique, called Photovoice. Thirty-four academics from three different periods of a nursing course took part in the study, who were divided into groups and recorded 8 photographs. These images gave rise to five categories of analysis, which are: remote teaching is masking a problem; the most important part of nursing is practice; remote teaching contributions; difficulties adapting to remote teaching and lack of attention during remote classes; and, there was a difficulty on the part of the teacher and student in relation to adaptation to emergency remote teaching. With the results, it was possible to understand that the use of remote technologies was essential to continue the school year. However, it is necessary to carry out a more in-depth study in order to obtain teaching didactics aimed at remote teaching, which directly contributes to the teaching-learning process of students.

Keywords: Nursing education. Covid-19. Distance education. Information Technology.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa 46

Tabela 2 – Recursos tecnológicos utilizados pelos participantes da pesquisa para cursar a graduação 49

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Laboratório de enfermagem 50

Figura 2 – Badeja com materiais utilizados durante as aulas práticas 50

Figura 3 – Manequim utilizado para as aulas práticas de enfermagem 51

Figura 4 – Sala de aula vazia 51

Figura 5 – Computador como forma de acompanhar as aulas remotas 52

Figura 6 – Notebook utilizado para estudar e manter um vínculo com os colegas ...52

Figura 7 – Materiais utilizados para estudar e estagiar 53

Figura 8 – Equipamentos de proteção individual utilizados durante o estágio..... 53

LISTA DE SIGLAS

AVA	Ambientes Virtuais de Aprendizagem
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional da Industria
COE-MEC	Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem
COREN	Conselho Regional de Enfermagem
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EaD	Ensino a distância
e-MEC	Sistema de regulação do Ensino Superior
ESPIN	Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional
FIESP	Federação de Indústrias do Estado de São Paulo
GT	Grupo de Trabalho
ICTV	International Committee on Taxonomy of Viruses
IES	Instituição de Ensino Superior
IESs	Instituições de Ensinos Superiores
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IUB	Instituto Universal Brasileiro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MERS-CoV	Middle East Respiratory Syndrome
MERS	Síndrome Respiratória do Oriente Médio
MS	Ministério da Saúde
MPF	Ministério Público Federal
MOODLE	Modular Object Oriented Dynamic Learning Environmet
O_2	Oxigênio
OMS	Organização Mundial de Saúde
PF	Policia Federal
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RO	Reunião ordinária
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SARS-CoV	Severe Acute Respiratory Syndrome

SARS-CoV-2	Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2
SEED	Secretária de Educação a Distância
SpO2	Saturação de oxigênio
SRAG	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UDF	Universidade do Distrito Federal
USP	Universidade de São Paulo
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 16

2 OBJETIVOS 19
2.1 Objetivo Geral 19
2.2 Objetivos Específicos..... 19

3 FUNDAMENTAÇÃO 20
3.1 A infecção pelo coronavírus e o retrato da pandemia em território brasileiro 20
3.2 Educação Superior no Brasil: História e Legislação 21
3.2.1 História do ensino superior 21
3.2.2 Legislação do ensino superior 23
3.3 Educação a distância e ensino remoto: uma necessidade emergente ...25
3.3.1 Percurso histórico da educação a distância no Brasil 25
3.3.2 O ensino remoto emergencial em tempos de pandemia 28
3.3.3 O ensino EaD *versus* Ensino Remoto Emergencial: O que há de diferente? 30
3.3.4 O ensino de enfermagem em EaD: O que se sabe até agora? 31
3.4 O papel do enfermeiro na docência: potencialidades e vulnerabilidades 34
3.4.1 O papel do enfermeiro docente 34
3.4.2 A docência em enfermagem: Uma prática desafiadora 36
3.4.3 O professor como um novo educador: a necessidade de se reinventar em tempos de pandemia 38

4 METODOLOGIA..... 40
4.1 Delineamento da pesquisa..... 40
4.2 Local da pesquisa..... 40
4.3 Participantes e critérios.....40
4.3.1 Critérios de inclusão.....41
4.3.2 Critérios de exclusão.....41
4.4 Coleta de dados.....41

4.5 Análise de dados 44
4.7 Aspectos éticos..... 44

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 46
5.1 Caracterização sociodemográfica dos participantes 46
5.2 Fotografias apresentadas pelos participantes da pesquisa 49
5.3 Resultados obtidos com auxílio da técnica *Photovoice*..... 54

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 68

REFERÊNCIAS 69

APÊNDICE A – Questionário Sociodemográfico 78
APÊNDICE B – Roteiro Semiestruturado 80

ANEXO A – Autorização do Comitê Permanente de Ética em Pesquisas com Seres Humanos 81

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, o mundo globalizado enfrenta uma doença que espalhou-se pelo mundo instantaneamente, causando grandes transtornos à população. Os primeiros casos surgiram no findar de 2019, na cidade de Wuhan, na China, onde um novo vírus com potencial de infectar o trato respiratório propagou-se entre os seres humanos, de forma rápida por contato direto ou indireto, causando uma pandemia (VOLPATO, *et al*. 2020).

A infecção pode desencadear quadros assintomáticos e sintomas brandos, como um resfriado comum ou, até mesmo, evoluir para casos mais graves de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Em 2020, foi nomeada pelo *International Committee on Taxonomy of Viruses* (ICTV) e Organização Mundial de Saúde (OMS) como SARS-CoV-2 (Coronavírus-2) e COVID-19. A transmissão da doença ocorre de pessoa para pessoa através do contato direto com secreções contaminadas com os microrganismos, sendo os meios mais comuns espirros, tosse, gotículas de saliva ou pelo contato indireto com superfícies contaminadas (VOLPATO, *et al*. 2020; XAVIER, *et al.* 2020).

O período de incubação após o contágio compreende do 2º ao 14º dia e as manifestações clinicas comuns apresentadas pela doença incluem fadiga, febre, tosse seca, obstrução nasal, coriza, inflamação na garganta, cefaleia, hemoptise (tosse com sangue), mialgia, taxa de saturação de oxigênio menor que 95% (SpO2<95%) em ar ambiente, desconforto respiratório como dificuldade para respirar, taquipneia, podendo, também, apresentar manifestações clinicas raras como problemas gastrointestinais, que incluem anorexia, diarreia, náuseas, vômitos e dor abdominal (JÚNIOR, *et al.* 2020; VOLPATO, *et al.* 2020).

Segundo o Ministério da Saúde (MS), a população brasileira soma um número de 210.147.125 de habitantes e, até o dia 07 de abril de 2022, o país registrou 30.093.751 casos acumulados, 26.502 novos casos por dia e um número de 660.973 óbitos pela doença, destes, cerca de 250 óbitos em apenas 24 horas. Em contrapartida, o número de pessoas em tratamento corresponde a 456.381 e, em relação as recuperadas, tem-se o número de 28.976.397 brasileiros (BRASIL, 2022).

No Brasil, a vacinação encontra-se em fase de andamento e, de acordo com as estatísticas para o primeiro semestre de 2021, estima-se que 83.503.262 pessoas

pertencentes a grupos prioritários (idosos, trabalhadores da saúde, pessoas com comorbidades e atuantes em profissionais essenciais e de risco) serão imunizadas contra a doença. Posteriormente, a população geral correspondente a pessoas com faixa etária entre 18 e 59 anos também convocada para a vacinação e pode atingir um total de 76.443.686 habitantes imunizados (BRASIL, 2021).

As vacinas destinadas as regiões brasileiras equivalem a aproximadamente 364.177.468 doses, que corrobora com um número de 158.513.468 pessoas imunizadas com a primeira dose e cerca de 134.618.389 pessoas vacinadas com a segunda dose, totalizando em torno de 306.982.366 doses aplicadas até o findar do penúltimo mês de 2021 (BRASIL, 2021).

O cenário pandêmico que o país ainda enfrenta e as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para diminuir o contágio da doença, embora hoje mais brandas e flexíveis, afetaram várias instâncias e setores econômicos, sobretudo na área da educação básica e superior, que tiveram suas atividades convertidas para o modelo remoto de ensino devido ao isolamento social. Por essa razão, surgiu o seguinte questionamento: qual a contribuição das tecnologias remotas no processo de ensino e aprendizagem de acadêmicos de um curso de graduação enfermagem em tempos de pandemia?

O despertar para o desenvolvimento do presente estudo deu-se devido a acentuada e duradora pandemia que ainda faz-se presente e as decorrentes adequações realizadas no sistema de ensino e aprendizagem de instituições de ensino, assim como pela experiência própria da pesquisadora como acadêmica de um curso de enfermagem e usuária de tecnologias de comunicação e informação para o ensino, mesmo em caráter emergencial.

Com isso, foi possível perceber que os recursos tecnológicos são fundamentais para atender a estados de emergência epidemiológica mundial e de isolamento social, através do emprego adequado de tecnologias e a adequação da didática de ensino a realidade, que pode acontecer não somente na atualidade como também em outros momentos e situações futuras.

Dessa forma, aprofundar o conhecimento a respeito das tecnologias de ensino em tempos de pandemia tornou-se de suma relevância para compreender a relação e influência destes recursos no processo de ensino e aprendizagem de acadêmicos de um curso de enfermagem, desvelando possíveis fragilidades e potencialidades características do modelo adotado, de forma a entender as

concepções do sistema, acadêmicos e docentes no defronte com este percurso, preparando-os, de alguma forma, para outros contextos emergenciais.

Portanto, com o presente estudo foi possível observar que, durante o período pandêmico, onde o isolamento social fez-se necessário para evitar a propagação do vírus, o MS e Ministério da Educação e Cultura (MEC) elaboraram estratégias de para dar prosseguimento ao ano letivo, sem que houvesse a necessidade de paralisa-lo completamente.

Dentre as estratégias podemos citar o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC), que na perspectiva dos estudantes trouxe contribuições importantes, pois permitiu dar prosseguimento ao ano letivo. No entanto além das contribuições o uso de TIC também apresentou fragilidades importantes com por exemplo a dificuldade de adaptação dos discentes e docentes a este tipo de ensino, visto que, muitos não estavam familiarizados com o uso contínuo de tecnologias de informação e comunicação.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Compreender a utilização das tecnologias de informação e comunicação em um curso de enfermagem durante o período de pandemia.

2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Discorrer a respeito do ensino remoto e práticas pedagógicas durante o período pandêmico.
- ✓ Identificar as potencialidades e fragilidades das tecnologias educacionais para o ensino de enfermagem
- ✓ Descrever a relação dos docentes com as tecnologias de ensino e a modalidade remota de ministrar aulas.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A INFECÇÃO PELO CORONAVÍRUS E O RETRATO DA PANDEMIA EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

Atualmente, existem sete tipos de coronavírus que podem causar doenças em seres humanos e, cerca de quatro destes sete, podem causar infecções leves e moderadas do trato respiratório superior, manifestando até mesmo sintomas comuns de um simples resfriado. Além destes, outros três podem causar infecções graves do trato respiratório superior, podendo evoluir de um simples resfriado a uma pneumonia mortal (MANUAL MSD, 2021; VARGAS, *et al*. 2020).

Os três vírus conhecidos como causadores de infecções graves correspondem ao *Severe Acute Respiratory Syndrome (*SARS-CoV) causador da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), *Middle East Respiratory Syndrome* (MERS-CoV) causador da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS) e o *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (*SARS-CoV-2) causador da doença COVID-19, identificados nos anos de 2002, 2012 e 2019, respectivamente (TESINI, 2020; VARGAS, *et al*. 2020).

O período de incubação da doença pode acontecer entre quatro e 14 dias, podendo cursar de quadros assintomáticos, resfriados comuns e evoluir para quadros mais graves, como a SARG. As manifestações clínicas típicas da infecção pelo vírus desencadeiam no organismo tosse seca, fadiga, inflamação na garganta, cefaleia e mialgia, podendo evoluir para manifestações clínicas mais graves como desconforto respiratório, dificuldade para respirar e taxa de saturação de oxigênio (O_2) menor que 95% em ar ambiente (JÚNIOR, *et al.* 2020; VOLPATO, *et al.* 2020).

Embora o primeiro caso a nível mundial tenha sido reconhecido em meados de 2019 na capital chinesa, o primeiro caso da doença em território brasileiro foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020, pelo Ministério da Saúde (MS). O primeiro infectado pela doença foi uma pessoa do sexo masculino, de 61 anos de idade, com histórico de recente viagem para Lombardia, região da Itália (BRASIL, 2020).

Não demorou muito para que o país entrasse em estado de alerta para uma pandemia e, após aproximadamente 25 meses do primeiro diagnóstico, o Brasil contabiliza mais de 30.040.129 casos confirmados, apresentando um total de 660.528 óbitos pela doença, ocupando a terceira posição de casos confirmados no

ranking mundial segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) – *World Health Organization* (WHO) (BRASIL, 2021; WORLD HEALT ORGANIZATION, 2022).

Devido à crise pandêmica ocasionada pelas infecções pelo coronavírus SARS-CoV-2 e a declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), o Ministério da Saúde estabeleceu medidas de enfrentamento à COVID-19. Dentre as medidas estabelecidas pelos órgãos de saúde pública, destacam-se as não farmacológicas como distanciamento social, etiqueta respiratória, higienização das mãos, uso de máscaras (cirúrgicas ou de tecido), limpeza e desinfecção de ambientes, isolamento de casos suspeitos e confirmados, quarentena dos contatos dos casos de COVID-19, além da recomendação da vacinação contra a COVID-19 (BRASIL, 2021).

Essas medidas foram adotadas como forma de diminuir a propagação do contágio e algumas delas, especialmente o distanciamento social, abalou diretamente o setor econômico da sociedade devido ao fechamento temporário do comércio, assim como a área da educação em virtude da suspensão das aulas presenciais. Este cenário emergente fez com que os órgãos de saúde pública intensificassem as medidas de contenção da infecção em todo o território brasileiro, por meio de resoluções e legislações (BRASIL, 2021).

3.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO

3.2.1 História do Ensino Superior

O ensino superior no Brasil, inicia-se no Brasil Colônia no século XVII, com cursos de filosofia e teologia, ministrado por religiosos sob a direção de jesuítas. No século XVIII inicia-se a formação de profissionais liberais com o objetivo de formar burocratas para o Estado e especialistas para a produção (GOMES, *et.al*, 2017).

Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, inicia-se a estruturação do ensino superior no Brasil, na qual era controlado pelo Estado e direcionado para a formação profissional. Em 1808 o Príncipe Regente D. João fundou as primeiras escolas superiores sendo a Escola de Cirurgia (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia) e a Academia Médico-Cirúrgica (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), das quais duraram até 1934 e tinham como modelo, um

ensino voltado para a formação de profissionais liberais tradicionais para a área de direito, medicina ou engenharias. (BORTOLANZA, 2017).

No Brasil as primeiras universidades do país surgiram a partir de 1930, sendo a Universidade de São Paulo (USP) criada em 1934; a Universidade do Distrito Federal (UDF) criada em 1935 e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) criada em 1940. Entre os períodos de 1946 e 1960 foram criadas vinte e oito Instituições de Ensino Superior (IES), das quais dezoito eram públicas e dez privadas (NEVES, MARTINS, 2016).

Com o aumento da industrialização proveniente da Segunda Guerra Mundial, o país passou a necessitar de profissionais com formação universitária, a fim de ajudar no processo de desenvolvimento econômico. Tal necessidade fez com que o governo federal iniciasse a construção de diversas universidades federais de caráter público e gratuito em todos os estados brasileiros (NEVES, MARTINS, 2016).

Em 1964, ocorreu o Golpe Militar, acarretando um regime de ditadura militar. Durante o período em que militares governaram o país, deu-se início a um projeto de desenvolvimento autoritário, juntamente com um processo de internacionalização da economia. Devido à grande demanda por um ensino superior, provocada pela necessidade de mão de obra especializada, onde o país se encontrava em processo de desenvolvimento econômico, o sistema superior público foi incapaz de aumentar suas matrículas, resultando na mobilização de movimentos estudantis visando à sua ampliação. A partir deste momento os governos militares introduziram as reformas educacionais no ensino superior, no qual tinha o objetivo de ajustá-lo de acordo com as necessidades do desenvolvimento brasileiro (NEVES, MARTINS, 2016).

O governo militar não via a IES como um local que produziria conhecimentos, gerasse pensamento crítico e formasse cidadãos em profissionais capacitados, mas sim como um local propicio para gerar pessoas com mão de obra qualificada para suprir a carência do mercado de trabalho e consequentemente acelerar o crescimento econômico (GOMES, PINTO, 2017).

Dessa forma, destaca-se a Reforma Universitária que ocorreu em 1968, que profissionalizou a academia, oficializou a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e fomentou uma política de formação de recursos humanos com abrangência a criação do potencial científico tecnológico nacional (NEVES, MARTINS, 2016).

A Reforma Universitária tinha como objetivo a modificação do sistema educacional superior que apresentava-se em funcionalidade, sendo esse sistema baseado em faculdades isoladas, de caráter profissionalizante e com ausência de atividades de pesquisas no interior das mesmas. Sendo assim, as atividades de pesquisas eram realizadas em institutos de pesquisa que não possuíam vínculos acadêmicos com o sistema educacional superior vigente (NEVES, MARTINS, 2016).

Com a Reforma Universitária as IES passaram a ser organizadas por departamentos, houve a inclusão de um regime semestral e de um sistema de financiamento, assim como também a opção de contratação de professores em tempo integral, onde foram determinadas regras para a carreira docente, no qual os mesmos eram incentivados a buscar pelos títulos de mestrado e doutorado, afim de progredirem na carreira acadêmica. Além disso, as IES passaram a possuir em seu interior um ensino voltado para a área de pesquisa e extensão, sendo um marco de grandes modificações alcançados pela Reforma Universitária, presentes até os dias atuais na organização das instituições educacionais brasileiras (NEVES, MARTINS, 2016; GOMES, PINTO, 2017).

3.2.2 Legislação do Ensino Superior

No Brasil, a educação é compreendida como um direito social garantido por lei a todos os cidadãos e de responsabilidade do Estado. A Constituição Federal de 1988 estabelece em suas alíneas que a União, Estados e Municípios devem “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”, incluindo a tecnologia, pesquisa e inovação (BRASIL, 1988, s/p).

A educação superior brasileira encontra-se respaldada em termos jurídicos e regulamentada sob leis que regem o sistema de ensino, de modo a tornar-se-á um bem comum de todos livre de discriminação e preconceitos relacionado a raça, sexo, cor, condição econômica e quaisquer outros fatores. Além de promover formação humana e potencialidades das pessoas, a educação deve voltar o olhar para a profissionalização do cidadão mediante à acesso ao nível superior (BRASIL, 1988, s/p).

Com isso, a educação torna-se:

> “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, s/p).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi criado em 1953 com a proposta de executar as políticas públicas de educação e fiscalizar a qualidade do ensino no país. Configura-se como um órgão de administração federal direta e possui como competência diversos assuntos, dentre eles a política nacional de educação e educação geral, compreendendo o ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, além de outros (BRASIL, 2018).

No entanto, este órgão federativo faz-se presente no país desde a sua criação, em 1930, criado durante o mandato do presidente Getúlio Vargas, anteriormente com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, pois desenvolvia atividades de outros ministérios como saúde, esporte, lazer e meio ambiente, uma vez que assuntos relacionados a educação eram tratados pelo Departamento Nacional de Ensino, subordinado ao Ministério da Justiça (BRASIL, 2018).

Somente após a criação do Ministério da Saúde que houve uma reorganização do modelo e foi criado o então MEC, em 1953. Posteriormente, em 1961, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) conquistando autonomia para os municípios e estados, diminuindo a centralização do MEC. A Reforma Universitária, ocorrida em 1968, foi um grande avanço para a LDB do ensino superior, pois assegurava as IES autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira (BRASIL, 2018).

Segundo a LDB, Lei 9.394/96, a educação superior tem por finalidade:

> I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a

> correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 2017, p.32).

No que se refere a legislação, a educação de nível superior apresenta dois distintos modelos de administração e ensino, sendo o público mantido e administrado pelo poder público, e o ensino privado que possui direito privado e administração por pessoas físicas ou jurídicas, ambos ligados ao MEC, conforme previsto no Art. 19º da LDB (BRASIL, 2017, p.16).

Este modelo de educação é destinado a pessoas que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que atenda a requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino brasileira, para ingressar a cursos de diferentes campos de saber e abrangência, por meio de um processo seletivo que, obrigatoriamente, deve disponibilizar o número de vagas (ampla concorrência e cota racial) e seus critérios para preenchimento, bem como publicização dos classificados pela respectiva ordem e instruções para matrícula (BRASIL, 2017).

Desta forma a LDB, surge com o objetivo de regulamentar o ensino superior, seja ele público e/ou privado, aprimorar a estrutura de ensino básico e superior, garantindo o acesso há diversos níveis de públicos (GOMES, 2021).

3.3 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E ENSINO REMOTO: UMA NECESSIDADE EMERGENTE

3.3.1 Percurso histórico da educação a distância no Brasil

Historicamente, o primeiro registro de um modelo semelhante ao ensino a distância (EaD) contemporâneo do Brasil aconteceu em 1904, em um anúncio realizado na seção dos classificados do Jornal do Brasil, sobre um curso de

datilografia a ser realizado por correspondências (PELLI, VIEIRA, 2018; ANDRADE, BENATI, 2019).

Em 1923 houve a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, onde eram oferecidos cursos de ensino de linguagens como o português, inglês, literatura, bem como também cursos de telefonia e radiotelegrafia. Ainda em 1939 houve a criação do Instituto Rádio Monitor, no qual tinha como objetivo o ensino através da utilização da transmissão radiofônica. No entanto após a extinção do Instituto Rádio Monitor, houve em 1941 a fundação do Instituto Universal Brasileiro (IUB), que oferecia cursos profissionalizantes a distância com materiais impressos enviados por correspondências (PELLI, VIEIRA, 2018; FERNANDES, *et al*. 2019).

Em 1964, após a implantação do governo militar ocorreu diversas mudanças na sociedade, em especial na área educacional, cujo o qual o ensino fora moldado para uma forma de ensino direcionado exclusivamente para o mercado de trabalho. Em 1970 o governo militar criou um programa de ensino a distância intitulado de Projeto Minerva. Tal programa utilizava rádio e televisão como forma de ensino, e tinha como objetivo solucionar os problemas educacionais no país, além de preparar alunos para o mercado de trabalho em um curto período de tempo, visto que, o país se encontrava em período de crescimento econômico (FERNANDES *et al*. 2019).

Em 1978 após a iniciativa de empresas de comunicação como a Fundação Roberto Marinho, o Canal Futura, a Federação de Industrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Confederação Nacional da Industria (CNI), houve a criação do programa Telecurso 2000. Tal programa tinha como principal meio de transmissão a televisão, no qual era voltado para jovens que pretendiam fazer exames supletivos para a obtenção do certificado de conclusão do ensino médio (PELLI, VIEIRA, 2018; FERNANDES, *et al*. 2019).

Em 1991 há a criação do programa Salto para o futuro, transmitido pela TV Escola, tendo como objetivo a formação continuada de professores do ensino fundamental e médio. O programa utilizava diversas mídias como TV, fax, internet, material impresso, além de encontros presenciais em telessalas com a participação de um orientador de aprendizagem (BRASIL, 2018; FERNANDES *et al.* 2019).

Na década de 1990, mais especificadamente em 27 de maio de 1996 foi criada a Secretária de Educação a Distância (SEED), sendo a mesma responsável pela organização, orientação e supervisão no desenvolvimento de formulação e

implementação da política da educação a distância no país (SOARES, SILVA, 2020).

O EaD no Brasil surge oficialmente em 20 de dezembro de 1996, período este que foi sancionado a Lei nº 9.394, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no qual em seu Art. 80 define que “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, s/p; FERNANDES, *et al*. 2019).

Em 10 de fevereiro de 1998 surge o Decreto nº 2.494, assinado pelo atual Ministro da Educação Paulo Renato Souza, que passa a regulamentar o Art. 80 da Lei nº 9.394 e define em seu Art. 1º que:

> [...] Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (BRASIL, 1998).

Um importante marco para a expansibilidade da EaD no Brasil foi após o sancionamento da Portaria nº 2.253 de 18 de outubro de 2001, do Ministério da Educação. Logo, esta foi revogada pela Portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004 que, com base no Art. 81 da Lei nº 9.394 de 1996 e do Art. 1º do Decreto nº 2.494 de 1998, autorizou instituições de ensino superior a introduzir na matriz curricular de seus cursos a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, não ultrapassando 20% da carga horaria total do curso (BRASIL, 2016; SOARES, SILVA, 2020).

Além disso, tal Portaria foi revogada pela Portaria nº 2.117 de 6 dezembro de 2019, assinada pelo atual Ministro do Estado da Educação Abraham Weintraub, que altera a oferta da carga horária na modalidade EaD de 20% para 40% em cursos de graduação presenciais ofertados por IES, pertencentes ao Sistema Federal de Ensino (BRASIL, 2019).

O EaD é legalmente definido no Art. 1º do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, no qual mais tarde foi revogada pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 que em se Art. 1º diz:

> [...] considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

3.3.2 O ensino remoto emergencial em tempos de pandemia

Como forma de evitar o colapso do sistema de saúde e o grande número de internações, o Presidente da República no uso das suas atribuições, sancionou em 6 de fevereiro de 2020 a Lei nº 13.979, que dispõe sobre o isolamento social e quarentena (SILVA, *et al.* 2021).

Em março de 2020, foi instaurado o isolamento social em massa no país, sendo autorizado somente o funcionamento das atividades consideradas essenciais como supermercados, saúde, segurança, serviços de transportes, setores do ramo alimentício dentre outros. Já os setores considerados não essenciais como no caso da educação foram proibidos de funcionarem, tendo os mesmos as suas atividades presenciais suspensas (SOARES, SILVA, 2020).

Devido a este cenário o sistema educacional brasileiro foi afetado, e na tentativa de contornar os impactos instaurados pela pandemia na esfera educacional, o Ministério da Educação, através da Portaria nº 329 de 11 de março de 2020 instituiu o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (COE-MEC) (BRASIL, 2020; GUSSO, *et al.* 2020).

Através do COE-MEC o Ministro de Estado da educação Abraham Weintraub, assinou em 17 de março de 2020 a Portaria Nº 343 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Covid-19, no qual no seu Art. 1º e § 2º deixam claro que:

> Art. 1º autoriza, em caráter excepcional a substituição das aulas presenciais em andamento, por aulas que utilizem meios de tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.
> § 2º é de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, assim como a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados, como também a realização de avaliações

> durante o período da substituição das aulas presenciais em meios digitais (BRASIL, 2020).

Posteriormente, tal Portaria foi alterada pelas Portaria nº 345/2020 que autoriza a substituição das disciplinas presenciais, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, exceto para as práticas de laboratório e estágios e Portaria nº 473/2020 que prorroga o prazo previsto na Portaria nº 343/2020 por mais trinta dias (BRASIL, 2020).

No entanto, devido à alta taxa de contaminação e o grande número de óbitos causados pela pandemia, novamente o Ministro Abraham Weintraub, assinou a Portaria nº 544/2020, revogando as Portarias MEC nº 343, 345 e 473 de 2020. Tal portaria dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por meios digitais enquanto durar a situação de pandemia pelo novo coronavírus (BRASIL, 2020).

Devido ao cenário caótico instaurado pela pandemia, e seguindo as orientações do MEC, diversas IES aderiram o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC), substituindo as aulas no formato presencial, por aulas em meios digitais, implementando então o ensino remoto emergencial (MAGALHÃES, 2021).

Tal escolha foi uma forma de reduzir os danos pedagógicos que viessem ocorrer devido a paralização repentina das aulas presenciais, além do mais, contribuiu para a diminuição dos riscos à saúde pública, uma vez que, o corpo docente e área administrativas das IES, estariam trabalhando no formato de *home office,* e consequentemente os alunos estudando no formato remoto (GUSSO, *et al.* 2020).

Em razão da necessidade da interrupção das aulas no formato presencial e a substituição das mesmas por recursos digitais, TICs e/ou outros meios convencionais, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu o Parecer nº 5/2020 que dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de computar atividades não presenciais para o cumprimento da carga horaria mínima anual, sendo possível a adotar o uso de atividades por meios digitais com a ajuda de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) (GUSSO, *et al.* 2020).

As IES ao optarem pela a utilização do ensino remoto emergencial como forma de evitar o cancelamento do ano letivo, expuseram uma série de problemáticas como por exemplo a adaptação abrupta dos docentes e alunos aos meios digitais; sobrecarga de trabalho atribuídos aos docentes, uma vez que os docentes precisaram se reinventar na forma de lecionar; falta de apoio psicológico

aos docentes, devido à sobrecarga de trabalho; qualidade de ensino ineficaz, devido a mudança repentina do ambiente (presencial para o ensino remoto emergencial); insatisfação dos estudantes em razão da não adaptação a nova forma de ensino e a baixa qualidade do mesmo; e a falta ou acesso limitado à internet (GUSSO, *et al.* 2020).

Entretanto, embora o ensino remoto emergencial utilize ambientes virtuais para o ensino das disciplinas expostas na matriz curricular de cada curso, essa forma de ensino se diferencia da modalidade EaD, tanto nas suas características, trazendo a possibilidade de consequências para a educação (GUSSO, *et al.* 2020).

3.3.3 O ensino EaD *versus* Ensino Remoto Emergencial: O que há de diferente?

A EaD é uma modalidade de ensino planejada, onde os gestores, equipe pedagógica e professores desenvolvem essa modalidade com estratégias pensando unicamente no processo de aprendizagem e não apenas na entrega de conteúdo ao estudante (LIRA, *et al.* 2020). Neste tipo de ensino os professores e estudantes estão separados fisicamente tanto no espaço e/ou tempo, o conteúdo é elaborado e as aulas são gravadas pelos professores e todas as atividades ocorrem em AVA (COQUEIRO, SOUZA, 2021).

As atividades podem ocorrer de forma síncrona (ao vivo), quando professor e estudantes encontram-se conectados ao mesmo tempo permitindo a interação por meio de uma sala de *chat* ou, então, de forma assíncrona, onde ambos realizam suas atividades em horários distintos. Nesta modalidade o professor desempenha o papel de tutor, onde ele disponibiliza seu *e-mail* e *WhatsApp* para que os alunos enviem suas dúvidas, entregas de trabalhos, relatórios e atividades avaliativas (GUSSO, *et al.* 2020; COQUEIRO, SOUZA, 2021).

Em ambas as modalidades, ao final de cada módulo ou semestre é necessário que o estudante se dirija ao polo da instituição, para que ele realize as provas, sob acompanhamento do tutor responsável por cada área de graduação (COQUEIRO, SOUZA, 2021).

É importante ressaltar que este tipo de ensino permite maior liberdade ao estudante, pois ele tem a opção de organizar o seu tempo de estudo de acordo com a disponibilidade de horário, uma vez que, as aulas são gravadas e disponibilizadas nas plataformas virtuais de ensino (COQUEIRO, SOUZA, 2021).

Já o ensino remoto emergencial configura-se como remoto, pois os estudantes e professores encontram-se impossibilitados de estarem presentes em tempo real na sala de aula, principalmente devido a situação da crise instaurada pela pandemia da covid-19. Nesta modalidade de ensino compete ao professor elaborar e organizar suas aulas e lecionar por intermédio de TIC, possibilitando que os estudantes participem das aulas mesmo estando separados fisicamente dela (LIRA, *et al.* 2020; ENETERIO, *et al.* 2020).

As aulas passaram a ocorrer em tempo real – síncrono, seguindo os princípios do ensino presencial, através do uso de aplicativos de videoconferência como *Zoom®, TeamLink®, Google Meet®*, e assíncronas através de atividades, fóruns e debates realizadas pelos discentes em horários determinados pelos docentes, através AVA, mais conhecido como Moodle, com o objetivo de se obter presença na aula ministrada pelo docente (CAMACHO, 2020; PEDROSA, *et al.* 2020).

3.3.4 O ensino de enfermagem em EaD: o que se sabe até agora?

A profissão de enfermagem tem como principal alvo o cuidado com a saúde. O curso de graduação em enfermagem tem como objetivo formar profissionais capacitados com conhecimento técnico e científico, aptos a planejar, supervisionar, organizar e prestar assistência de enfermagem ao cliente e à comunidade, bem como preparar o futuro profissional para atuar frente a diferentes áreas de atenção à saúde, seguindo sempre os preceitos éticos e respeitando a dignidade humana (TANAKA, *et al.* 2017).

A enfermagem dentre as 14 categorias profissionais da saúde, é a profissão que mais tem contato com o cliente, estabelecendo vínculos com cliente/família, carregando com si valores essências como a vida, a integralidade, a segurança física e social da sua coletividade, proporcionando um cuidado humanizado (HUMEREZ, *et al.* 2019).

A oferta de cursos na modalidade EaD é regulamentada pela LDB nº 9.394/1996, passando pela última atualização em 15 de dezembro de 2017, com a criação do Decreto nº 9.235 (BRASIL, 2017).

O Brasil possui atualmente registrado no Sistema de regulação do Ensino Superior – e-MEC, cerca de 1.333 Instituições de Ensinos Superiores – IESs que

ofertam o curso de graduação de bacharelado e licenciatura em enfermagem, no qual 1.314 ofertam na modalidade presencial e 19 na modalidade distância (EaD) (BRASIL, 2022).

O MEC em 6 de dezembro criou a Portaria nº 2.117/2019, autorizando as IES a ampliarem a carga horaria na modalidade EaD de seus cursos de graduação presenciais, antes de 20% para 40% com exceção ao curso de medicina (XIMENES NETO, 2020).

Em meados de 2015, o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) recebeu do Ministério Público Federal (MPF), um ofício solicitando um posicionamento referente a ministração da graduação em enfermagem na modalidade EaD. Rapidamente o Cofen, organizou com os 27 Conselhos Regionais de Enfermagem (Coren), visitas in loco aos 315 polos presenciais dos cursos de enfermagem em EaD, onde foi possível identificar polos presenciais que apoiam a modalidade EaD sem estrutura física adequada para o ensino de enfermagem, sejam eles por falta de laboratórios de anatomia, cuidado humano, fisiologia, bioquímica, parasitologia, microbiologia, falta de equipamentos e matérias necessários para a realização das aulas práticas. Além do mais foram identificados polos presencias no estado do Amazonas e Rondônia sem o credenciamento ao MEC (HUMEREZ, et al. 2019).

Tal situação levou o Cofen ao finalizar a operação em julho de 2015, encaminhar o relatório final para o Ministério Público Federal (MPF), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional de Educação (CNE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Congresso Nacional e Polícia Federal (PF) para que providencias fossem tomadas. Diante do exposto, foram elaborados dois Projetos de Lei que encontram-se em tramitação na Câmara de Deputados (HUMEREZ, et al. 2019).

O primeiro elaborado pelo Deputado Orlando Silva do (PCdoB-SP), trata-se do Projeto de Lei nº 2.891/2015, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 7.498/86, lei de regulamentação do exercício da enfermagem, para nela incluir a obrigatoriedade de formação presencial para os profissionais da área da enfermagem; e o segundo, trata-se do Projeto de Lei nº 4.930/2016 elaborado pelo Deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), que dispõe sobre a alteração da Lei nº 7.498/86 para nela incluir a obrigatoriedade da realização do exame de suficiência para a obtenção o registro profissional (HUMEREZ, et al. 2019).

Diante do exposto o Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo um órgão colegiado de cunho permanente e estatutário, atuante na criação e fiscalização da execução da Política Nacional de Saúde, realizou em outubro de 2016 a 286º Reunião ordinária (RO), no qual o CNS no uso das suas atribuições aprovou a criação de um Grupo de Trabalho (GT), com o objetivo de debater a respeito das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), de todos os cursos de graduação na área da saúde, respeitando os princípios e necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo a integralidade da atenção, qualidade de atendimento prestados aos usuários e comunidade, bem como a humanização no cuidado (BRASIL, 2018; HUMEREZ, et al. 2019).

Todavia, foi somente na 287º RO do CNS ocorrida em novembro do mesmo ano, que foi aprovada a composição do GT da DCN, onde foram indicados cinco Conselheiros Nacionais de Saúde, no qual através da Resolução nº 515/2016 se posicionaram contrários a quaisquer cursos de graduação ministrados na modalidade EaD na área da saúde, tendo em vista a possibilidade do crescimento de erros e danos ocasionados a saúde da população. Determina, também, que as DCN de todos os cursos da área da saúde passem por debate no CNS, permitindo a participação nas organizações das profissões atualmente regulamentadas (BRASIL, 2018; HUMEREZ, et al. 2019).

Partindo do pressuposto de que a formação profissional deve estar inteiramente ligada com a atuação do profissional e respeitando os princípios do SUS, é de extrema importância que a formação do profissional seja voltada para a as necessidades das pessoas, ou seja, a formação do futuro profissional da área de saúde deve estar voltada para as necessidades das pessoas e a integralidade de atenção, levando consigo um cuidado humanístico, interpessoal, de ordem prática e presencial (BRASIL, 2018).

No entanto, para que isso ocorra é necessário que a estrutura curricular dos cursos de graduação na área da saúde, possibilitem processos de aprendizagem com base na ação-reflexão-ação, corroborando para uma maior autonomia do estudante (BRASIL, 2018; UNESCO, 2010).

Contudo, o processo de formação profissional deve ser estruturado nos quatro pilares da educação, propostos pela UNESCO, que são eles: 1) aprender a conhecer, que envolve o ato de construção de conhecimento, ou seja, aprender a aprender; 2) aprender a fazer, etapa esta que adquire-se conhecimento profissional

e competência, tornando o profissional apto a enfrentar situações incertas, solucionar problemas, pensar criticamente e trabalhar em equipe; 3) aprender a conviver, saber conviver em sociedade, desenvolvendo a compreensão e respeito aos valores de outras pessoas; e 4) aprender a ser, pilar que diz respeito ao desenvolvimento do ser humano como um todo, englobando a personalidade, autonomia, discernimento, responsabilidade pessoal, pensamento crítico, raciocínio, memória, capacidades físicas, capacidade de comunicação, tornando o indivíduo apto a formar seu próprio juízo e valor (BRASIL, 2018; UNESCO, 2010).

3.4 O PAPEL DO ENFERMEIRO NA DOCÊNCIA: POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES

3.4.1 O papel do enfermeiro docente

O enfermeiro-docente é aquele que desempenha as atividades educativas no ensino superior, com a missão de repassar aos estudantes princípios e fundamentos à cerca dos conteúdos a serem estudados nas disciplinas, objetivando então a formar futuros enfermeiros aptos para assumirem as exigências impostas pela sociedade (CAIRES, JÚNIOR, 2017; MARTINS, *et al.* 2019).

O ensino de enfermagem faz-se significativo, quando as atividades estão baseadas na integralidade, correlacionando as atividades impostas em sala de aula, com o pensamento crítico e raciocínio clínico, evidenciando o papel da formação de enfermagem para os cuidados da saúde da sociedade. No entanto nos últimos anos, as faculdades e universidades, passaram a exigir que os enfermeiros docentes sejam ilustres no papel que desempenham, ou seja, ser proativo, ter competência clínica e ser produtivo (MARTINS, *et al.* 2019).

Martins *et al.* (2019) destaca que é necessário analisar os pontos positivos e negativos do exercício da docência em enfermagem , uma vez que, os enfermeiros-docentes atuam em média de 50 a 60 horas por semana, desempenhando o papel de supervisores e orientadores de estudantes; supervisores de práticas clínicas; participantes de comitês; preparo de conteúdos teóricos e práticos a serem repassados aos alunos; pesquisadores e escritores de trabalhos científicos, bem como prestadores de cuidados à comunidade.

Para Caires e Júnior (2017) o professor torna-se peça fundamental para que a docência seja desenvolvida, pois traz consigo uma formação com inúmeras especializações e práticas educacionais, fazendo valer o título de professor acadêmico. No entanto, para os autores, para ser docente no ensino superior, em especial na área da saúde, requer contínuas reflexões em como criar práticas pedagógicas que atendam as necessidades e interesses dos estudantes.

A enfermagem é uma profissão destinada a assistir, cuidar, educar e pesquisar. Educar é um dos principais papéis da profissão de enfermagem, sendo que o enfermeiro tem o seu papel diretamente envolvido com a educação, pois na sua prática diária ele exerce frequentemente a educação em saúde, ao prestar assistência à saúde da comunidade, ao realizar ações em conjunto com os integrantes que compõe sua equipe e ao participar de projetos de educação continuada em saúde (CAIRES, JÚNIOR, 2017; SILVA, 2017).

No entanto para que o enfermeiro possa atuar na área da educação, em especial a educação superior, é necessário que ele venha possuir conhecimentos pedagógicos no campo teórico e prático na temática que irá lecionar, adquiridos através de especializações como por exemplo, uma pós-graduação (CAIRES, JÚNIOR, 2017; SILVA, 2017).

Segundo Caires e Júnior (2017), para que o enfermeiro atue na área da educação superior, além do conhecimento pedagógico é necessário que ele tenha conhecimento da quatro características do saber, sendo eles: a formação voltada para a profissionalização, o que refere-se aos conhecimentos direcionados para a ciência da educação, que engloba desde aspectos teóricos pedagógicos envolvidos com os princípios da profissão; a disciplinaridade, que são conhecimentos disponíveis na vasta área de coletividade da instituição universitária, estimulando a produção de conhecimento na disciplina em que o docente leciona; saberes curriculares, são conhecimentos sociais e culturais selecionados pela instituição, transformados em programas educacionais que os docentes deveram aprender e a aplicar; e saberes de experimentação, que são conhecimentos e experiencias adquiridos pelos docentes na sua prática diária no ambiente de trabalho.

Nesse ínterim, o enfermeiro-docente deve desempenhar o papel de mediador e facilitador de conhecimentos, conduzindo o aluno a aproximar-se da prática profissional, incentivando-os na construção de conhecimentos, habilidades, autonomia e responsabilidade, permitindo que o aluno se torne elemento chave no

processo de ensino-aprendizagem. Contudo, para que isso ocorra é necessário que haja investimentos na área de ensino, com vista a uma formação qualificada destes profissionais (CAIRES, JÚNIOR, 2017; MORAES, 2020).

3.4.2 A docência em enfermagem: uma prática desafiadora

O processo de educação é considerado uma prática desafiadora, pois não se resume apenas a transmissão de conhecimentos, e sim na interação entre os sujeitos, sendo eles docentes e discentes, no qual incumbe ao docente reconhecer as habilidades e limitações dos seus discentes, evidenciando as características individuais, contribuindo para a aprendizagem (MORAES, 2020).

O ensino de enfermagem ao longo dos anos vem sofrendo inúmeras mudanças, relacionadas ao contexto social e histórico. Ao pensar-se na formação de enfermeiros, espera-se que o docente em enfermagem, tenha domínio e conhecimento técnico-científico, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem, produzindo então profissionais preparados para atender as exigências do século XXI (MORAES, 2020).

Para Silva (2017), a atuação do docente em enfermagem precisa atender as expectativas da educação do século XXI, requerendo dos profissionais um espírito técnico-científico e pensamento crítico reflexivo, para que venham desenvolver, saberes e competências essenciais para à prática docente.

A autora destaca que, defronte ao desafio da prática docente, o bacharel em enfermagem, além de possuir competência no exercício da profissão, carece de desenvolver qualidades que lhe auxiliaram a superar os obstáculos didáticos, que acaso não superados, irão interferir negativamente no processo de ensino-aprendizagem (SILVA, 2017).

Logo entendemos que, para que o enfermeiro assuma o papel de docente no ensino superior, é necessário que ele possua conhecimento na área específica, bem como domínio no meio educacional, sendo a formação pedagógica essencial para o planejamento, organização e implementação do processo de ensino-aprendizagem (SILVA, 2017).

A docência torna-se uma prática desafiadora, pois exige do professor conhecimentos na área e que ele atua. No entanto o conhecimento é uma estrutura que sofre influência do tempo, ou seja, com o passar do tempo de atuação do

profissional em determinada área, os conhecimentos amadurecem e se modificam, colaborando para a prática docente (SILVA, 2017).

A docência está comumente ligada com a prática de lecionar, e está tem por finalidade contribuir para que o aluno produza conhecimento, através da absorção cognitiva e estimulação de pensamentos, sendo o professor a principal ponte de ligação entre o ato de ensinar o conteúdo teórico/prático. Todavia, os cursos de graduação de bacharel em enfermagem não possuem em sua matriz curricular a formação pedagógica, uma vez que, ela foi excluída das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) em 2001, fazendo com que o enfermeiro iniciante na área da educação passe por obstáculos a serem superados, para que então obtenham sucesso na prática docente (SILVA, 2017).

A prática da docência envolve princípios, sendo o principal, a reflexão sobre cada atividade desenvolvida no processo educativo. Por esse motivo, é importante que durante o processo educativo, os docentes façam indagações aos alunos, incitando o debate e concomitantemente articulando o conhecimento específico com os conhecimentos prévios dos alunos, levando ao despertar da curiosidade, objetivando a formação de pensamento crítico-reflexivo. Contudo para que esses objetivos sejam alcançados os docentes precisam ir além dos conteúdos ministrados em sala de aula, precisam inserir os alunos dentro da realidade profissional, levando-os a refletir sobre a prática profissional (SILVA, 2017).

Por último, é importante destacar que, o trabalho docente possui obstáculos didático-pedagógicos relacionados tanto aos docentes quanto aos alunos e instituição. No que diz respeito aos docentes podemos citar: falta de preparo especifico para a docência, trabalho com disciplinas que não se tem conhecimento e dificuldade em mudar a pratica da pedagogia tradicional, onde o professor ensina e o aluno aprende; já em relação aos aluno podemos citar: imaturidade, lacuna na base teórica, falta de preparo para enfrentar mudanças que ocorrem na prática pedagógica do professor e uso continuo de aparelhos celulares durante as aulas, prejudicando o processo de aprendizado; e relacionados a instituição, evidencia-se: falta de recursos e condições físicas, estrutura e equipamentos para aulas práticas antigos, baixa remuneração, competição entre colegas de carreira e a falta de organização com as funções que cada um deve desenvolver (SILVA, 2017).

3.4.3 O professor como um novo educador: a necessidade de se reinventar em tempos de pandemia

O período de isolamento social instaurado pela pandemia do Covid-19 no primeiro semestre de 2020, trouxe à tona a necessidade de os professores reavaliarem a suas práticas e refletirem sobre as metodologias de ensino utilizadas. Diversos foram os desafios encontrados no período de aulas remotas, uma vez que, os docentes precisavam se habituar há um novo modo de lecionar, qual seja, utilizando recursos tecnológicos (MONTENEGRO, MATOS, LIMA, 2021).

O docente, diante do atual cenário passou a questionar a sua formação enquanto professor, pois muitos não conseguiam se adaptar com o uso de recursos tecnológicos para dar continuidade ao ensino, lecionados anteriormente de forma presencial. Perante a uma era considerada digital e globalizada, no qual os indivíduos fazem o uso exacerbado de recursos tecnológicos, a pandemia exigiu dos docentes, constantes reavaliações dos métodos de ensino-aprendizagem, levando-os a criar ações pedagógicas que superem os limites geográficos, sociais, científicos e operacionais (MONTENEGRO, MATOS, LIMA, 2021).

Nesse novo modelo de ensino, mediados através de recursos digitais, o docente teve a necessidade de readaptar sua rotina didática e realinhar o planejamento pedagógico, adequando-o a uma estrutura que não seja presencial (VIANA, MIGUEL, 2021).

A nova modalidade de ensino fez com que os docentes, buscassem meios e ferramentas tecnológicas atualizadas, para auxiliar na prática pedagógica diária. Porém, são diversos os instrumentos tecnológicos utilizados para a realização das aulas remotas, e constantemente os mesmos encontram-se com novas atualizações, requerendo uma disponibilidade além da carga horária para que os professores consigam acompanhar essa constante evolução (VIANA, MIGUEL, 2021).

Para Oliveira, Silva e Silva (2020), as mudanças geradas no meio educacional, devido ao ensino remoto emergencial, trouxeram à tona a necessidade dos professores de se reinventar e criar formas de ensinar, garantindo aos alunos o direito à aprendizagem. Para atender cenários de urgência epidemiológica, estes profissionais precisam compreender o uso de tecnologia de informação e comunicação, e permita-se a aprender e explorar as diversas potencialidades que o

uso de tecnologia de informação e comunicação proporcionam, promovendo então, práticas pedagógicas inovadoras e atualizadas.

Silva (2020) enfatiza que o processo de se reinventar em tempos de ensino remoto leva o docente buscar novas capacidades, que nem mesmo o próprio docente sabe que é capaz de realizar, levando-os a trazer a realidade saberes guardados, que nunca foram colocados em prática. A tecnologia por si só, não ensina, mas, sim, a maneira como que o docente organiza a suas aulas, os materiais que são utilizados, o incentivo, são cruciais para que os alunos consigam obter ensinamento e alcance o processo de aprendizagem através do ensino remoto.

4 METODOLOGIA

4.1 Delineamento da pesquisa

Para o desenvolvimento da presente pesquisa adotou-se o método exploratório, descritivo, de abordagem quanti-qualitativa. A pesquisa quantitativa é um tipo de pesquisa que predomina a quantificação, que parte desde a coleta de dados, até o tratamento dos resultados. Neste tipo de pesquisa são empregadas técnicas estatísticas com a finalidade de se obter soluções mais precisas, prevenindo eventuais problemas durante a fase de análise e tratamento dos resultados (SILVA, VENTURINI, NEZ, 2018).

Já a pesquisa qualitativa é um tipo de pesquisa propícia para quem busca o entendimento de fenômenos específicos de natureza social e cultural, por meio de descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas (FONTELLES, *et al*. 2009).

Coadunado a abordagem quanti-qualitativa, adotou-se o *Photovoice* que consiste em uma técnica de caráter pesquisa-ação, participativa, qualitativa e orientada, efetivado em três etapas: permitir que os participantes registrem fotos e reflitam sobre elas; construir registros fotográficos que delineiem as diferenças e as características dos desafios problematizados, associando os significados atribuídos às imagens produzidas, contribuindo para o conhecimento das questões e dos problemas enfatizados; permitir a elaboração de estratégias de intervenção sobre a questão abordada (FERNANDES, *et al*. 2019).

4.2 Local de pesquisa

Selecionou-se como local para a realização da presente pesquisa uma instituição de ensino superior privado (IES), situada em uma cidade de médio porte, localizada na região Norte do Estado do Paraná.

4.3 Participantes e critérios

A amostra do presente estudo foi composta por 34 estudantes, regularmente matriculados no 2º, 6º e 10º semestre de um curso de enfermagem, oferecido pela respectiva instituição de ensino.

O interesse em abordar os referidos períodos fundamenta-se nas experiencias que estes alunos tiveram durante o período de pandemia e aprendizado, e principalmente, por constituírem uma parcela dos graduandos que encontram-se na fase inicial, meio e próximo da conclusão do curso, podendo transmitir diferentes sentimentos, valores e significados.

4.3.1 Critérios de inclusão

Foram considerados aptos a participarem do estudo, os participantes que atenderam aos seguintes critérios: ser maior de 18 anos; estar matriculados no curso de enfermagem da instituição; frequentar a instituição de ensino no mínimo seis meses.

4.3.2 Critérios de exclusão

Não foram considerados para a amostra da pesquisa, participantes que não atenderam ao chamado para a pesquisa após três tentativas e que não percorreram todas as fases propostas para a investigação.

4.4 Coleta de dados

Para a presente estudo foi utilizado como instrumentos de pesquisa dois questionários elaborados pelo pesquisador, sendo eles: a) questionário de caracterização sociodemográfica dos participantes (Apêndice A) e b) roteiro semiestruturado com perguntas relacionadas a questão central do estudo (Apêndice B).

O questionário de caracterização sociodemográfica tem como objetivo caracterizar os participantes da pesquisa. O roteiro semiestruturado será aplicado através de encontros, conforme desenvolvimento do estudo e tem como objetivo conduzir a técnica *Photovoice* e compreender a percepção dos graduandos em

enfermagem, sobretudo acerca das possíveis contribuições das tecnologias remotas no processo de ensino-aprendizagem em tempos de pandemia.

A coleta de dados ocorreu em novembro, por meio de dois formatos distintos: primeiramente, realizada presencialmente nas dependências da instituição, em uma sala reservada, com o segundo e sexto semestre, em horário combinado com professor responsável pela turma de modo a não ocasionar prejuízos para os participantes. Os períodos selecionados foram divididos em grupos, no qual, cada um destes, foram atendidos em horários distintos.

O segundo formato foi realizado *on-line* de forma remota, com alunos do décimo semestre, que participaram através do software *TeamLink*®, tendo em vista que estes não estavam frequentando aulas teóricas nas dependências da instituição devido ao estágio curricular obrigatório, que inviabilizou a abordagem presencial.

Para os alunos que aderiram a pesquisa no formato presencial, os métodos investigativos obedeceram a toda normatização de segurança pública para prevenção da COVID-19 e, para os alunos participantes no modo *on-line*, os documentos e questionário sociodemográfico foram disponibilizados pelo *Google Forms*® e o *Photovoice* foi desenvolvido remotamente, por meio da plataforma de acesso videoconferência *TeamLink®.*

As etapas investigativas foram efetivadas por meio de fases, sendo planejado três momentos para ambos os formatos. Deste modo, para aqueles que aderiram ao **formato presencial**, a coleta ocorreu da seguinte forma:

1ª fase: encontro inicial com os participantes para apresentação do projeto de pesquisa, bem como apresentação da metodologia empregada. Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE para anuência e em concomitância o Termo de Autorização para Gravação de Voz e/ou Registro de Imagens (fotos e vídeos). Logo após foram esclarecidas aos participantes todas as dúvidas relacionadas ao projeto e demais questões éticas. Após a anuência do participante a pesquisa, foi aplicado o instrumento para caracterização sociodemográfica.

2ª fase: apresentação e proposta da técnica *Photovoice* como forma participativa e dinâmica de investigar a respeito da questão central do estudo.

A técnica *Photovoice* seguiu as seguintes orientações para a obtenção de resultados satisfatórios: escolha de fotografias relacionadas a temática da pesquisa;

a fotografia deverá ser original, não recorrendo a fotografias já existentes na internet; o participante deverá selecionar fotografias que tenham significado pessoal.

O registro das fotografias obedeceu a todos os preceitos éticos, não sendo permitido exposição de pessoas, marcas registradas e instituições, limitando a captura apenas a paisagens, objetos e outros elementos desta natureza.

Nesta etapa os participantes de cada semestre foram divididos em grupos, sendo disponibilizado para cada grupo dez minutos para percorrem a instituição e fotografarem paisagens, objetos e outros elementos que tenham significado pessoal. Logo após foi disponibilizado mais dez minutos para que os participantes discutissem entre o seu grupo, qual seria a fotografia que mais representava o grupo.

3ª fase: encontro com os participantes no formato em grupo, para apresentação das fotografias, discussão e reflexão sobre elas, mediados pela pesquisadora com auxílio do roteiro semiestruturado. Neste momento, os sentimentos, crenças e valores manifestos em suas narrativas foram gravados em dispositivo móvel, para posterior transcrição e análise.

Para os participantes que aderirem a pesquisa no **formato *on-line***, a mesma ocorrerá da seguinte forma:

1ª fase: foi realizado acesso aos participantes através de *WhatsApp*® e/ou *e-mail,* por meio de uma carta-convite com informes referente a identificação, objetivos e método da pesquisa, seguido pelo *link* para a adesão a coleta de dados (após concordância a pesquisa).

De posse das respostas obtidas mediante ao questionário sociodemográfico, foi agendado com os participantes via *WhatsApp*® a atividade para o desenvolvimento da técnica *Photovoice.*

2ª fase: apresentação e proposta da técnica *Photovoice,* como forma participativa e dinâmica de investigar a questão central do estudo. Para o desenvolvimento e preceitos éticos em torno do registro de fotografias foram repassadas todas as orientações e recomendações já mencionadas na segunda fase do formato presencial.

3ª fase: encontro com os participantes, via videoconferência, para apresentação em grupo das fotografias, realizada mediante a reflexões e discussões sobre seus sentimentos, crenças e valores, mediado pela pesquisadora com auxílio do roteiro semiestruturado. Este momento foi gravado pelo próprio dispositivo

TeamLink®, com consentimento dos participantes, para posterior transcrição e análise de conteúdo.

4.5 Análise de dados

A presente pesquisa foi analisada na óptica da análise de conteúdo, modalidade proposta por Laurence Bardin que dá-se mediante a três fases: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2016).

A fase de pré-análise diz respeito a organização do material contendo todo o *corpus* da pesquisa, na qual procede com a leitura do material, escolha de documentos a serem submetidos à análise, formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 2016).

A fase de exploração engloba todo o *corpus* do material coletado, que será submetido a um estudo mais detalhado. Nesta etapa ocorre operações de codificação dos registros, no qual os dados serão recortados e organizados em unidades de registros, enumerados seguindo regras de contagem e classificados em categorias.

A fase final consiste no tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos dados coletados, etapa cuja qual os resultados serão tratados, ocorrendo a condensação do material para posteriori serem analisados e interpretados. (BARDIN, 2016).

4.7 Aspectos éticos

O presente estudo atende toda normatização prevista nas Resoluções 466 de 2012 e 510 de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta o desenvolvimento de pesquisas que envolvem seres humanos (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016).

Após a obtenção da autorização formal da instituição participante por meio do Termo de Anuência Institucional, o presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Apucarana (CETI-FAP), mediante ao CAAE 52320021.1.0000.5216, número do parecer 5.037.504, em 14 de outubro de 2021.

Aos participantes e instituição foram garantidos todos os direitos, sigilo e confidencialidade dos dados, como sua participação segura, de modo a preservar a identidade de ambos em todos os momentos, ficando condicionada a divulgação da pesquisa para fins acadêmicos (publicações, apresentação em eventos, dentre outros), em consonância com os preceitos éticos.

Todas as etapas da investigação foram esclarecidas aos participantes e instituição, que participaram de forma voluntária e tiveram o direito garantido de recusar ou deixar o estudo em qualquer momento, sem causar penalização ou ônus a ambos.

Foi disponibilizado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e o Termo de Autorização para a Gravação de Voz e/ou Registro de Imagens. Os pesquisadores assumiram a responsabilidade de garantir a segurança da pesquisa, dos dados e a privacidade dos participantes, mediante a assinatura firmada no Termo de Confidencialidade e Sigilo.

Os termos foram impressos em duas vias idênticas, assinadas pelos participantes e pesquisadores, ficando uma dessas para o pesquisador e outra disponibilizada para o participante da pesquisa. Para aqueles que aderirem a pesquisa no formato *on-line*, o consentimento e avançar na pesquisa foi dado com a marcação do campo “eu concordo”, permitindo, a própria página, a impressão ou armazenamento eletrônico de uma cópia do documento.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta fase está organizada em três partes: a primeira está relacionada a caracterização sociodemográfica dos participantes da pesquisa; a segunda, contempla a apresentação das fotografias obtidas pelos participantes através do *Photovoice; e* a terceira, distribuição das informações e discussão conforme categorias de análise do presente estudo.

5.1 Caracterização sociodemográfica dos participantes

A amostra do estudo foi composta por 34 participantes de um curso de enfermagem de uma IES, divididos entre o segundo, sexto e décimo semestre, com 6 (18%), 14 (41%) e 14 (41%) alunos, respectivamente, totalizando 100%. Destes, 29 participantes são do sexo feminino (85%) e cinco do sexo masculino (15%). A faixa etária predominante foi de 23 e 27 anos (41%), sendo a faixa etária de 33 a 37 anos com menor índice percentual, com um total de 3% da população participante, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa

Idade	**Nº**	**%**
17-22	9	26
23-27	14	41
28-32	7	21
33-37	1	3
Mais de 38	3	9
Sexo	**Nº**	**%**
Feminino	29	85
Masculino	5	15
Cor	**Nº**	**%**
Branca	21	62
Parda	12	35
Preta	1	3
Crença religiosa	**Nº**	**%**
Católica	23	68
Evangélica	9	26
Não tenho	2	6
Estado civil	**Nº**	**%**

Amasiado(a)	2	6
Casado(a)	7	20
Divorciado(a)	3	9
Solteiro(a)	21	62
União Estável	1	3
Nº de filhos(a)	**Nº**	**%**
1 filho(a)	4	12
2 filhos(a)	6	18
Não possui	24	70
Trabalha atualmente	**Nº**	**%**
Sim, até 30h semanais	8	24
Sim, mais de 30h semanais	10	29
Não	16	47
Onde mora atualmente	**Nº**	**%**
Casa de familiares	3	9
Com cônjuge	10	29
Com os pais	16	47
Moradia mantida pela família	1	3
Outros tipos de moradia	1	3
Sozinho	3	9
Renda familiar mensal	**Nº**	**%**
Até 1 salário mínimo	3	9
1-3 salários mínimos	16	47
3-6 salários mínimos	10	29
6-9 salários mínimos	4	12
9-12 salários mínimos	1	3
Nº de pessoas que vivem da renda	**Nº**	**%**
1 pessoa	4	12
2 pessoas	6	18
3 pessoas	11	32
Mais que 4 pessoas	13	38
Participante contribui com a renda familiar	**Nº**	**%**
Não	10	29
Sim	20	59
Sim, sou o principal provedor	4	12
Participante possui outra graduação	**Nº**	**%**
Iniciei, mas não concluí	6	18
Não	25	73
Sim	3	9
Período de graduação	**Nº**	**%**
2º semestre	6	18
6º semestre	14	41

10º semestre	14	41
Participante possui bolsa de estudo ou financiamento	**Nº**	**%**
Não	16	47
Sim	18	53
Tipo de bolsa de estudo ou financiamento	**Nº**	**%**
ProUni integral	5	15
ProUni parcial	5	15
FIES	3	9
ProUni parcial e FIES	1	3
Bolsa integral ou parcial oferecida por outra entidade (empresa, ONG, etc)	1	3
Outro tipo de bolsa oferecido por governo estadual, distrital ou municipal	3	9
Nº de horas dedicadas ao estudo, exceto as horas de aulas	**Nº**	**%**
Nenhuma, apenas assisto as aulas	6	18
Uma a três horas	18	53
Quatro a sete horas	8	23
Oito a doze horas	1	3
Mais de doze horas	1	3
Total	34	100%

Fonte: Autora da pesquisa (2022).

Destes, 21 participantes se autodeclararam de cor branca (62%), sendo 23 de religião católica (68%). Em relação ao estado civil, 21 participantes afirmaram ser solteiros (62%), 7 participantes casados (20%) e apenas 1 participante afirmou estar em uma união estável. Em relação a filhos, a maioria, 24 participantes (70%), relataram não possuir.

A renda familiar predominante entre os participantes da pesquisa foi de 1-3 salários-mínimos (47%), sendo a renda de 9-12 salários mínimos a de menor predominância, com apenas (3%). No tocante sobre possuir outra graduação, 73% dos participantes (25) afirmaram não possuir e 9% (3) afirmaram possuir outra graduação.

No que se refere a estudo, cerca de 53% relataram possuir algum tipo de bolsa de estudo ou financiamento e 47% relataram não possuir. Por último, perguntado sobre o número de horas ofertadas aos estudos, exceto horas de aula, 53% dos entrevistados disseram dedicar de uma a três horas e, respectivamente, oito a doze horas (3) e mais que doze horas (3), ambas com 3%.

Considerando que os recursos tecnológicos fazem parte do processo de ensino e aprendizagem dos acadêmicos, principalmente neste período de pandemia,

fez-se necessário verificar entre os participantes as tecnologias e recursos digitais mais utilizadas durante o curso, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 – Recursos tecnológicos utilizados pelos participantes da pesquisa para cursar a graduação

Tipos de tecnologias para acompanhamento do curso	**Nº**	**%**
Computador	4	8
Notebook	24	49
Smartphone	21	43
Total	49	100%
Participante possui acesso à internet	**Nº**	**%**
Não	1	3
Sim, à radio	3	8
Sim, banda larga	23	62
Sim, rede móvel	10	27
Total	37	100%

Fonte: Autora da pesquisa (2022).

E as tecnologias que os participantes mais referiram utilizar para acompanhar o curso foram notebook entre 24 participantes (49%), smartphone 21 participantes (43%) e apenas 4 participantes (8%) afirmaram possuir apenas o computador como forma de acompanhamento do curso. Já sobre possuir acesso à internet, 23 participantes (62%) possuem acesso à internet banda larga, 10 participantes (27%) à rede móvel, 3 participantes (8%) à rádio e apenas 1 participante (3%) afirmou não possuir nenhum acesso à internet.

5.2 Fotografias apresentadas pelos participantes da pesquisa

A técnica *Photovoice* foi fundamental para subsidiar a coleta de dados e formar o corpus fotográfico do presente estudo, que deu origem as cinco categorias de análise: o ensino remoto está mascarando um problema; a parte mais importante da enfermagem é a prática; contribuições do ensino remoto; dificuldades para se adaptar ao ensino remoto e a falta de atenção durante as aulas remotas; e, houve uma dificuldade por parte do docente e discente em relação a adaptação ao ensino remoto emergencial.

Figura 1 - Laboratório de enfermagem

Fonte: Registrada e autorizada pelos participantes

Figura 2 - Bandeja com materiais utilizados durante as aulas práticas

Fonte: Registrada e autorizada pelos participantes

Figura 3 - Manequim utilizado para as aulas práticas de enfermagem

Fonte: Registrada e autorizada pelos participantes

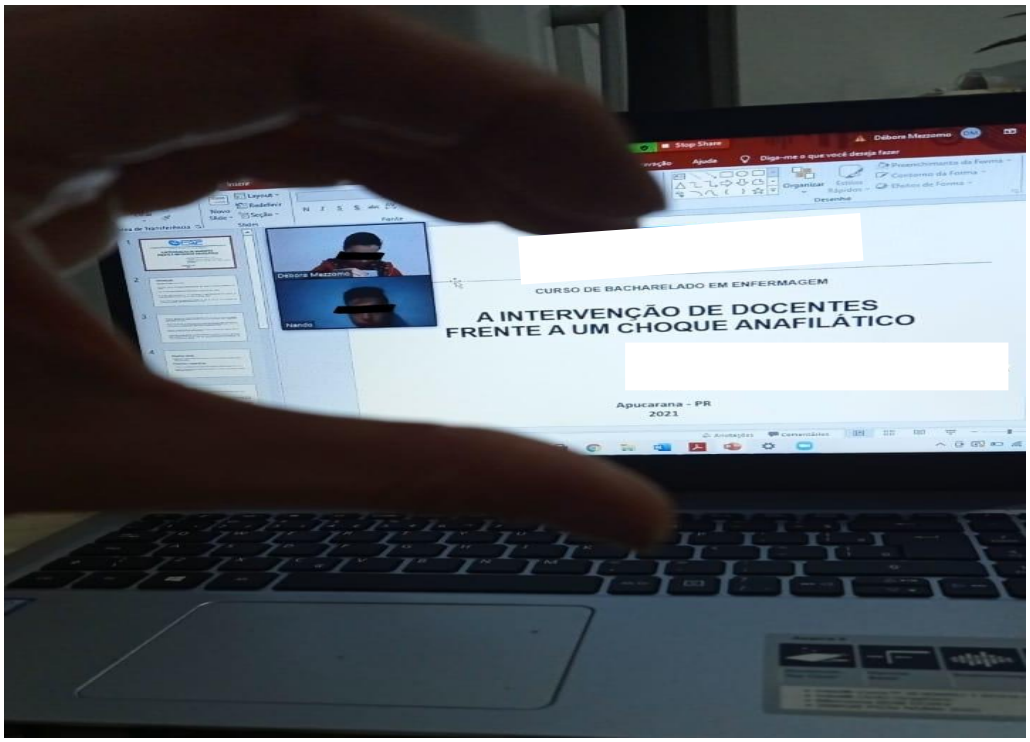
Figura 4 - Sala de aula vazia

Fonte: Registrada e autorizada pelos participantes

Figura 5 - Computador como forma de acompanhar as aulas remotas

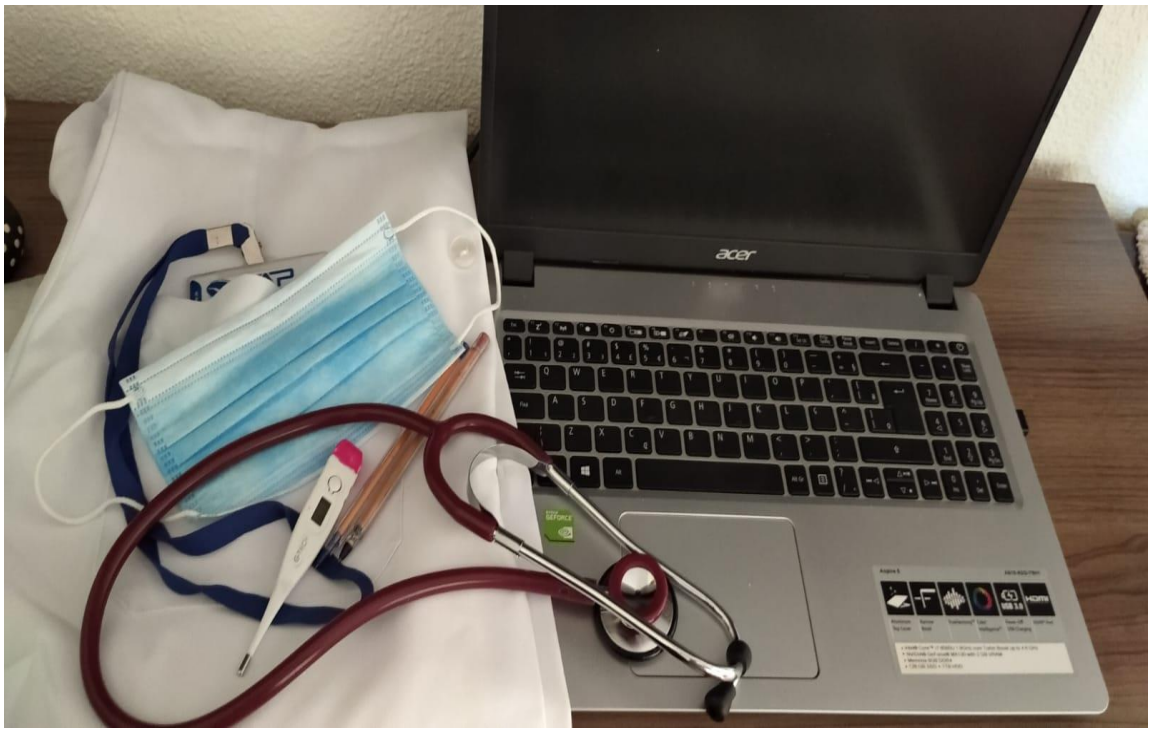
Fonte: Registrada e autorizada pelos participantes

Figura 6 - Notebook utilizado para estudar e manter um vínculo com os colegas



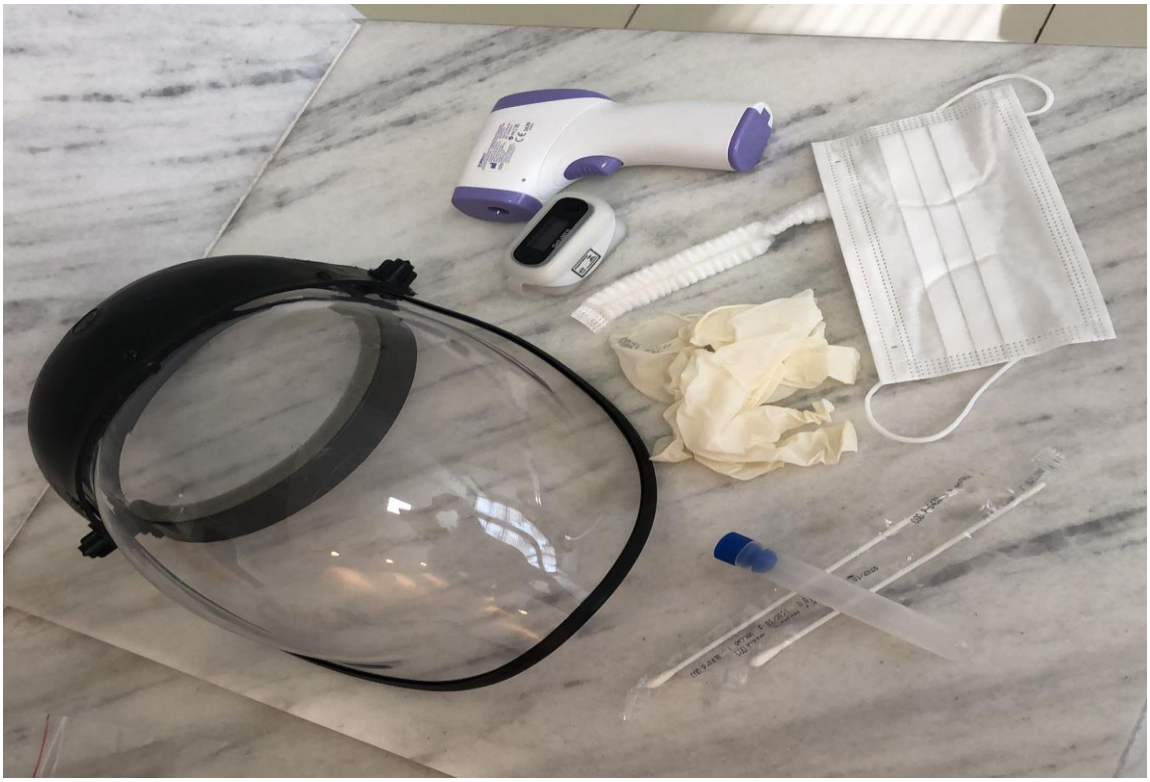
Fonte: Registrada e autorizada pelos participantes

Figura 7 - Materiais utilizados para estudar e estagiar



Fonte: Registrada e autorizada pelos participantes

Figura 8 - Equipamentos de proteção individual utilizados durante os estágios



Fonte: Registrada e autorizada pelos participantes

5.3 Resultados obtidos com auxílio da técnica *Photovoice*

5.3.1 O ensino remoto está mascarando um problema

Durante a aplicação do questionário semiestruturado, foi possível notar na fala de um participante que, a instituição estava utilizando ferramentas digitais para que não colapsasse e entrasse em falência. Todavia, o ensino remoto foi uma solução temporária utilizada não só em território brasileiro, mas sim em diversos países como forma de não paralisar totalmente a educação, evitando então riscos à saúde pública, danos pedagógicos à educação e financeiros as instituições.

> *[...] Tivemos o problema com a covid, e eles tentaram solucionar com uma solução falha, uma vez que o aprendizado é reduzido. Vamos usar uma metáfora "eles tapam o sol com uma peneira". Os alunos não estavam aprendendo e eles (instituição) passaram uma máscara falando "vamos fingir que todos estão aprendendo", os professores se esforçando muito, mas os alunos uma grande maioria não entendia ou não estava assistindo. O que eu vejo é um sistema que usou do mecanismo a distância para não falir. Ele utilizou do mecanismo digital para que ele não colapsasse.* (A8, 6º semestre)

5.3.2 A parte mais importante da enfermagem é a prática

Na concepção dos estudantes sobre o ensino de enfermagem durante o período de pandemia a carga horária prática do curso foi frequentemente mencionada, uma vez que trata-se de habilidades indispensáveis ao processo de trabalho dos futuros enfermeiros, conforme observado nas falas a seguir.

> *[...] Sem a prática a gente não consegue fixar o conteúdo.* (A2, 2º semestre)

> *[...] A enfermagem é muita prática, muito tato, então foi um pouco difícil para gente, porque só teve teoria.* (A3, 2º semestre)

Diante das falas é possível observar que o distanciamento social causou danos a todos os semestres em relação as aulas práticas, especialmente ao décimo semestre por tratar-se de uma parcela do curso em que os estágios são

predominantes, fazendo com que os professores desenvolvessem esse momento por meio de videoaulas e recursos tecnológicos.

> *[...] Perdemos bastante contato com a parte prática, essencial para o curso de enfermagem, e os professores voltaram a ser protagonistas no ensino.* (A1, 6º semestre)

> *[...] As aulas práticas que a gente deveria ter o tato, a gente não teve, a gente viu de longe, basicamente tendo aula pela internet, é como se a gente estivesse assistindo pelo YouTube, não é muito viável.* (A5, 6º semestre)

> *[...] A enfermagem é praticamente 100% prática, e para entrar depois que acaba a faculdade em outro local, e você não ter essa mão na prática que a gente não teve, a pessoa acaba demorando um pouco mais para aprender, e muita das vezes acaba aprendendo da forma errada, porque quem está dentro de um hospital, onde tudo é muito corrido, ele não tem tempo que um professor tem para ensinar. Ele vai ensinar do jeito que ele conseguir, na hora que ele conseguir e da forma que ele conseguir.* (A14, 6º semestre)

> *[...] Mas as consequências desta pandemia, a gente só foi ver a hora que a gente chegou no hospital.* (A3, 10º semestre)

> *[...] É muito difícil assimilar sem a prática, porque a enfermagem é contato, você cuida de pessoas. Você tem uma noção teórica, mas o contato é extremamente importante para a nossa profissão.* (A7, 10º semestre)

Ainda assim, é possível observar nas falas dos participantes que o processo de ensino-aprendizagem de enfermagem sofreu impactos devido à falta de aulas práticas. Visto que, o ensino remoto e o distanciamento social impostos pelas autoridades sanitaristas, impossibilitaram que os mesmos frequentassem os laboratórios da instituição, ambiente este que é essencial para a execução das aulas práticas.

> *[...] sofreu pela falta da aula prática, alguns alunos não tinham acessibilidade, ocorria algum problema na internet, e isso fazia ele perder aula, daí ele perdia outra aula, depois outra aula, e aí as vezes ia até acumulando. Mas no geral é isso, a falta de aula prática, a questão de*

> *acessibilidade e o acumulo de conteúdo se a pessoa não assiste.* (A2, 2º semestre)

> *[...] As aulas práticas é a parte mais importante da matriz curricular, o que no momento da pandemia não pudemos ter. Não que as aulas teóricas não sejam importantes, mas é necessário que ambas caminhem juntas. (A5, 6º semestre)*

> *[...] Com certeza, pelo fato de a gente não ter as aulas práticas, eu acho que muito da nossa formação se perdeu nesse período.* (A9, 6º semestre)

> *[...] Sofreu bastante impacto, principalmente na questão prática, porque é muito diferente. Teve professora que fez vídeo mostrando como seria a parte prática. Mas é diferente você assistir um vídeo e você estar lá e fazer realmente, colocar a mão na massa.* (A1, 10º semestre)

> *[...] Fundamentos I, fundamentos II, você tem que aprender a fazer uma punção, aprender a passar uma sonda, a gente que passou pela parte prática na faculdade, a gente sabe o quanto é importante ter uma aula presencial disto. É basicamente impossível você aprender algo assim em um vídeo.* (A3, 10º semestre)

> *[...] Sofreu bastante impacto, nós que não tínhamos nenhuma experiencia na área, a gente foi ver pela primeira vez nos estágios, então a gente tinha que fazer, foi assim que foi e é assim que está sendo até hoje.* (A12, 10º semestre)

Estes depoimentos reforçam o pensamento de que a enfermagem constitui-se como uma das áreas da saúde que mais exige preparo prático e consciência crítica durante a profissionalização, no intuito de habilitar os profissionais para atuar frente a recuperação e manutenção das condições de saúde da população, e qualquer insegurança na assistência prestada pelo profissional, pode acarretar em sérios danos à saúde. Desta forma o ensino de remoto pode funcionar em alguns cursos, mas nos cursos de saúde ele fica inviável.

> *[...] A enfermagem tem que colocar a mão para poder sentir. Como que vai sentir um pulso on-line? Não vai. Como vai aferir uma pressão on-line? Não vai. Então daí é nesse sentido, que eu acho que para a enfermagem on-line não dá.* (A4, 2º semestre)

> *[...] O curso de enfermagem, a maior carga dele fica inviável fazer de forma remota, porque precisa da prática, precisa olhar o professor, escutar ele de perto e entender o que ele quer passar para gente, e o ensino remoto ele limita muito isso.* (A6, 6º semestre)

> *[...] Para mim não existe, não tem possibilidade nenhuma, é algo surreal, porque além de colocar a nossa dificuldade, você coloca a vida das outras pessoas que a gente vai atender em risco, e isso para mim não existe, é inaceitável.* (A3, 10º semestre)

> *[...] O ensino remoto na enfermagem realmente não funciona, você precisa ver uma explicação muito certinha, você precisa de exemplos. E acaba que online você não consegue fazer certinho, você dá um exemplo meio vago, e acaba que muitos ficam com vergonha de tirar as dúvidas.* (A6, 10º semestre)

> *[...] O ensino remoto para a área da saúde ele não é adequado, principalmente por causa das aulas práticas. Acho que a aula presencial em si, é bem mais produtiva e a gente acaba aprendendo mais.* (A9, 10º semestre)

5.3.3 Contribuições do ensino remoto

O ensino remoto foi instituído pelo MS e MEC, como uma forma de evitar prejuízos ao sistema educacional, e consequentemente, evitar que o SUS entrasse em colapso devido ao grande número de pessoas que poderiam se contaminar, caso estivessem frequentando não só as IES, mas sim os mais variados níveis da educação.

Frente as falas dos participantes, foi possível observar que, o ensino remoto trouxe contribuições importantes durante o período de pandemia. As opiniões se diversificam deste não paralisar totalmente o ensino, bem como por exemplo, ter acesso as aulas gravadas.

> *[...] Tem a vantagem de você estar em casa, de você ter a aprendizagem mais tranquila.* (A4, 2º semestre)

> *[...] A gente não paralisou totalmente. Acho que essa foi a contribuição, não paralisar, não parar tudo.* (A5, 2º semestre)

> *[...] A gente tem bastante material que dá para ser repetido, coisa que em uma sala de aula, você não vai repetir a aula né. Lá fica gravado e podemos rever novamente as partes teóricas.* (A4, 6º semestre)

> *[...] O material fica disponível, a gente tem acesso com mais facilidade porque fica para a gente assistir a aula, rever novamente e relembrar o que o professor ensinou em sala.* (A5, 6º semestre)

> *[...] O maior benefício é esse, você ter a oportunidade de ver depois esse material. As ferramentas da internet, o moodle ajuda bastante, o material fica todo lá, então fica mais fácil o acesso.* (A6, 6º semestre)

> *[...] A aula está gravada e se você não entendeu, pode assistir novamente, você pode parar, voltar. Pode assistir uma aula que você perdeu, e no presencial você não iria conseguir.* (A11, 6º semestre)

> *[...] O ano letivo não ficou parado, contribuiu para que a gente não ficasse parado no tempo, e pelo menos as matérias que eram bem mais teóricas, a gente conseguiu desenvolver bem.* (A14, 6º semestre)

> *[...] Esse é o ponto positivo, essa disponibilidade de você poder ter acesso a aula no local à onde você estiver.* (A5, 10º semestre)

> *[...] O ensino remoto ele colabora por ser mais flexível, mas tem que ter a responsabilidade e ter compromisso.* (A6, 10º semestre)

> *[...] O ensino remoto ele foi uma maneira emergencial para a gente continuar estudando. O que contribuiu foi isso, a gente não perder tempo.* (A7, 10º semestre)

5.3.4 Dificuldades para se adaptar ao ensino remoto e a falta de atenção durante as aulas remotas

Uma das dificuldades vivenciadas pelos estudantes durante o período de educação digital mediado por tecnologias remotas no período de pandemia foi a dificuldade na adaptação a essas novas tecnologias. Uma vez que as mudanças das

aulas presenciais para o EaD ocorreram de forma repentina, trazendo a obrigatoriedade da inserção de novas tecnologias como forma de dar continuidade do ensino ministrado anteriormente de forma presencialmente, dos quais muitos estudantes não possuíam habilidades para manusear essas novas tecnologias.

> *[...] O aprendizado da tecnologia eu não me dou muito bem. Para mim foi muito difícil me adaptar, todos os dias ter que abrir aula, as vezes dava alguma falha, as vezes a internet caia, então era bem difícil.* (A3, 2º semestre)

> *[...] O mais difícil mesmo é a parte da tecnologia, eu não entendo muito bem. Então assim, para eu entender como entra, como faz, como manda, como cola de um lugar para o outro eu tive bastante dificuldade.* (A4, 2º semestre)

> *[...] Nós alunos não estávamos acostumados a assistir aula de forma remota, através de uma tela de computador. Tivemos que nos adaptar a uma nova rotina, trocamos a carteira escolar, caderno e o quadro negro, por notebook, slides e impressões.* (A5, 6º semestre)

> *[...] Eu tenho muita dificuldade, muitas das vezes não tem um instrumento bom, não tem uma rede boa para se comunicar, fora as dificuldades encontradas de saber acessar todas essas coisas. Ainda estou me familiarizando com tudo isso, porque eu sou de geração bem mais antiga, a gente vai se readaptando, se renovando, vai se reinventando*. (A4, 10º semestre)

Além das dificuldades vivenciadas pelos estudantes durante o ensino remoto, os participantes da pesquisa relataram o quão difícil era se concentrar estudando em casa, uma vez que, a sala de aula é um ambiente físico pensado e planejado para atrair a atenção do aluno.

> *[...] Principalmente quem é casado, assim, um chama, o outro chama, um faz barulho, o outro faz barulho, então desfoca a atenção da gente. Então dentro da sala de aula você consegue prestar mais atenção, usufruir melhor do conhecimento*. (A4, 2º semestre)

> *[...] Na sala de aula você está aqui só para isso, em casa tem várias coisas que podem interferir.* (A10, 6º semestre)

> *[...] Quando eu estava na faculdade eu conseguia me concentrar mais, agora em casa é bem complicado, moro com minha mãe e meus dois filhos, aí era o tempo inteiro me chamando, aí se eles não estavam brigando, queriam comer toda hora e daí era um caos.* (A2, 10º semestre)

> *[...] O ambiente escolar, o ambiente da faculdade, é planejado para você manter o foco, independente do que aconteça você mantém o foco no professor.* (A3, 10º semestre)

5.3.5 Houve uma dificuldade por parte do docente e discente em relação a adaptação ao ensino remoto emergencial

Diante do cenário pandêmico, os docentes se depararam com o ensino a ser ministrado na modalidade a distância, onde foram obrigados a utilizarem recursos e plataformas tecnológicas, dos quais muitos não possuíam o habito de utilizarem, pois, tais plataformas não faziam parte da sua rotina profissional.

> *[...] Houve uma dificuldade assim, de tentar passar o conteúdo, porque uma coisa é você falar olhando para a pessoa, outra coisa é você falar olhando para uma tela de computador. O professor ele tinha dificuldade em compartilhar a tela, compartilhar o conteúdo, tudo tinha uma dificuldade né, porque era tudo novo.* (A4, 2º semestre)

> *[...] Principalmente em relação aos aplicativos de vídeos que a gente entrava para poder assistir as aulas. Tem também o lado emocional do professor em questão de olhar para a tela do computador e não ter aluno nenhum, eu acho que complica um pouco, porque ele (professor) está sempre acostumado a conversar, explicar, olhar no olho né.* (A5, 2º semestre)

> *[...] Eles são professores, mas também são profissionais. Eles tiveram que trocar todo o material que já tinham no projeto, a carga horária deles duplicaram, só que eles também não ganharam por isso. Eles tiveram que disponibilizar uma parte muito maior do seu tempo, e acabou que eles estavam cansados, porque eles tinham o horário de almoço, mas tinham que montar o material para dar aula a noite.* (A12, 6º semestre)

> *[...] Teve professores que tiveram que se reinventar na parte de gravar aula, porque a maioria não estava acostumado com isso, não tinha lugar para poder gravar essa aula, então a maioria teve que gravar no quarto de casa ou na cozinha. Eu vi que isso foi uma coisa que os próprios professores chegaram a reclamar, da questão de adaptação.* (A3, 10º semestre)

> *[...] Os professores tiveram que aprender a entrar na plataforma, a criar reuniões, enviar os links para os alunos, tiveram que aprender a como iniciar e compartilhar uma apresentação de slides, bem como gravarem as aulas, adicionarem essas aulas gravadas em outra plataforma, para ficar disponível para que o aluno que não participou da aula tivesse acesso.* (A13, 10º semestre)

A interação entre professor/aluno e/ou aluno/professor no ensino presencial ocorre de maneira espontânea, o que não ocorria durante o ensino remoto emergencial, o que levou professores a enfrentarem desafios, dentre eles: terem que se reinventar na maneira de lecionar suas aulas durante este período. Porém é importante enfatizar que, também foi um grande desafio enfrentado pelos estudantes, pois exigiu deles organização, disciplina e disposição para acessarem as aulas diariamente.

> *[...] Quando eu estava na aula remota ninguém falava nada, a professora perguntava, perguntava se alguém tinha alguma dúvida e ninguém falava nada. (A3, 2º semestre)*

> *[...] No ensino presencial a gente tem mais liberdade, nós estamos vendo o professor ali e na hora que temos dúvidas perguntamos. Quando estamos remotos a gente fica pensando, será que eu pergunto ou será que eu não pergunto. Então daí a gente acaba não perguntando, não entendendo e fica um ensino vago no caso né. Quando está remoto o professor não conhece o aluno, quando está presencial o professor está vendo o aluno, aí acaba criando um elo, o professor ajuda o aluno e o aluno ajuda o professor, o presencial une os dois. (A4, 2º semestre)*

> *[...] A gente acabava ficando com dúvida e não perguntava, principalmente quando eram turmas unificadas, que você não conhecia, não tinha aquele contato, aquela interação com os alunos, acabava ficando com dúvida para não interromper a aula. No presencial não, o presencial você acaba*

> *convivendo com a pessoa toda semana e acaba criando um vínculo e começa a ter mais liberdade. (A12, 6º semestre)*

> *[...] Teve alguns professores novos que a gente conheceu no ano da pandemia, que a gente nunca viu pessoalmente, que a gente não teve contato, que é tudo aquilo que a gente cria dentro da sala de aula, que é o professor conhecer o aluno e a gente poder conhecer o professor e criar aquele vínculo. Acho que isso deixa a gente muito na defensiva para poder tirar dúvidas, para querer se aproximar mais, querer compartilhar do conteúdo, compartilhar nossas experiencias, participar mesmo da aula. (A5, 10º semestre)*

Diante do momento crítico que o Brasil e o mundo vivenciam devido a pandemia do Covid-19, inúmeras medidas de controle foram adotadas, com o objetivo de reduzir a contaminação e propagação do vírus, em especial o distanciamento social. Com vista nisso, o ministério da Educação (MEC), com o objetivo de diminuir os danos a educação, causados pela pandemia da Covid-19, publicou em 18 de março de 2020 a Portaria nº 343, autorizando a substituição das aulas presenciais em andamento, por aulas que utilizem tecnologias de informação e comunicação (TIC) enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus. O que exigiu uma reestruturação no processo de ensino aprendizagem, uma vez que, na graduação de enfermagem não há a possibilidade de inclusão de tecnologias remotas no ensino prático (BRASIL, 2020; LIMA, *et al.* 2021).

O sistema educacional do Brasil, seja ele educação básica e/ou superior sofreu com o advento da pandemia causado pelo Covid-19. Com a suspensão das aulas presenciais e a inserção do ensino remoto, o sistema educacional foi afetado, trazendo prejuízos ao aprendizado. Profissionais da educação e alunos, precisaram se adaptar a uma realidade de ensino híbrido, os professores trocaram o giz e a lousa, pelo computador, celular e vídeo aulas e os alunos trocaram o ambiente escolar pelo ambiente familiar (GABRIEL, *et al.* 2021).

Um estudo realizado por Costa *et al.* (2022), deixa claro que, o ensino remoto é um ensino inadequado para a aquisição de competências e habilidades práticas. Os autores afirmam que, mesmo que no ensino remoto sejam utilizadas estratégias de ensino, como por exemplo, “estudos de caso clínico/prático”, a enfermagem é uma área em que, seu ensino depende da realização de aulas

práticas, está por sua vez, essencial para que os alunos adquirem habilidades indispensáveis para o exercer da profissão.

Por essa razão, destaca-se a importância da realização dos cursos na área da saúde no formato presencial, pois é necessário associar-se o conhecimento teórico com a prática.

Neste ínterim, o Conselho Federal de Enfermagem, durante a 538º Reunião Ordinária de Plenária, emitiu no dia 01 de abril de 2022 uma nota rejeitando por unanimidade as portarias nº 800, 801 e 802 do MEC, que dispõe sobre a autorização para a realização do curso superior de bacharelado em enfermagem na modalidade EaD. Tal decisão é justificada sob a alegação que, a enfermagem exige do profissional habilidades teórico/práticas que não podem ser adquiridas sem o contato direto com os professores, pacientes e equipamentos de saúde (COFEN, 2022).

Além do mais, a realização dos cursos de enfermagem a distância, torna-se uma afronta ao CNS, sendo este, o órgão de competência máxima de controle social do SUS, dos Conselhos profissionais de saúde e áreas técnicas, que desde meados de 2015 vem realizando uma mobilização nacional através de campanhas, para que o ensino de enfermagem ocorra de forma presencial e com qualidade, resultando na criação do Projeto de Lei 2891/2015 que dispõe sobre a proibição da formação de enfermeiros e técnicos de enfermagem por meio do EaD (COFEN, 2022).

Sabendo que o ensino remoto foi uma medida emergencial criado para ser utilizado provisoriamente, e, no contexto em que estamos vivenciando, a enfermagem se tornou peça fundamental para o combate a pandemia, o que trouxe à tona a necessidade de se formar profissionais aptos para atuar frente à crise sanitária. Sendo assim, diante do ensino remoto, é necessário utilizar práticas pedagógicas que garanta ao futuro profissional confiança, competência, sagacidade e agilidade. Dessa maneira podemos citar o uso de tecnologia de informação e comunicação como ferramenta tecnológica contribuinte para a formação de enfermagem em tempos de pandemia (TEIXEIRA, *et al.* 2021).

Segundo Lobo e Maia (2015), as tecnologias de informação e comunicação (TICs) são um conjunto de recursos tecnológicos, que quando integrados entre si possibilitam que a população tenha acesso à informação, principalmente na área da educação, onde ocorre a discussão e construção de conhecimentos. Para os autores o acesso à internet tornou-se um dos principais meios para acesso a

informações, ou seja, a internet é uma tecnologia sem limites que possibilita a inserção da mesma na área da educação, permitindo a oferta de cursos EaD e em casos mais extremos a continuidade ao ensino presencial no formato remoto emergencial.

Para Teixeira *et al.* (2021), é preciso ressaltar que, para que ocorra o processo de aprendizagem, é necessário que as TICs ocorram em ambientes adequados, que possibilitem uma construção de conhecimentos. Para isso houve a adoção de plataformas digitais de ensino como *Modular Object Oriented Dynamic Learning Environmet*® (Moodle), ambiente virtual de avaliação (AVA); e plataformas de reunião *online* como *Google Meet®, Zoom®, TeamLink*®, bem como a utilização do aplicativo *WhatsApp*® para comunicação entre professores e alunos.

As tecnologias de informação e comunicação, possibilitaram que as aulas ocorressem no formato *online*, permitindo dar continuidade aos cursos de graduação sem que ocorresse atraso ao ano letivo, garantindo segurança para os professores e alunos (FRANCO, BERGAMIN, CADORIN, 2021).

Além disso, um estudo realizado por Costa *et al.* (2022) evidenciou que, o aprendizado online trouxe uma maior flexibilidade ao estudante, pois garante o aprendizado remoto em horários convenientes onde quer que haja acesso à internet. Para os autores, o ensino remoto trouxe contribuições aos estudantes, melhorando as habilidades de aprendizado deles, pois, incentivou-os a ter autossuficiência, levando-os a desenvolver habilidades de raciocínio lógico e resolução de problemas, contribuindo para a aprendizagem.

Como esperado, houve também desafios de adaptações durante o ensino remoto emergencial. Alunos relataram a falta de concentração durante as aulas remotas, o acesso limitado a internet e dificuldades em se adaptar as novas tecnologias tanto por parte do aluno quanto do professor.

Segundo Silva, Santos e Paula (2020), pode-se observar entre os estudantes e professores mudanças emocionas e comportamentais como: depressão leve e/ou severa em ambas as partes, no aluno devido à não adaptação à nova realidade contribuindo para que ele não obtenha sucesso no processo de aprendizado e no professor por não conseguir fazer com que o aluno alcance o objetivo de aprendizado desejado; raiva; receio relacionado a falta de domínio dos recursos tecnológicos; falta de concentração durante as aulas *online* devido há

ambientes inadequados para o estudo; medo em precisar interagir nas aulas *online*, gerando um estresse no aluno, dificultando o processo de ensino-aprendizagem.

Para Lima *et al.* (2021), a adaptação à uma nova realidade, o desafio frente ao processo de aprendizado à distância, a necessidade de conciliação entre família/trabalho/estudo, a ansiedade, o medo de infecção pelo vírus acarretando na contaminação de seus familiares, são fatores que contribuem intrinsicamente no desempenho acadêmico.

Há de se considerar algumas fragilidades de adaptação as aulas *online,* como: dificuldades com o uso de plataformas digitais; conexão instável, falta de acesso à internet ou quedas de energia durante as aulas ao vivo; ambientes inadequados para o estudo, como o ambiente domiciliar e seus fatores de distração (celular, televisão ou até mesmo comunicação com os próprios familiares); e ausência das aulas práticas, uma vez que ambas devem caminhar juntas, pois a aula teórica é a forma como o conteúdo (conhecimento) será repassado ao aluno e a aula prática é como esse conhecimento adquirido durante a aula teórica será praticado pelo aluno, podendo sofrer interferência e dificuldades, e acarretar prejuízos no processo de aprendizagem de cada indivíduo (FRANCO, et al. 2021).

A falta de interação entre aluno/professor e/ou professor/aluno, também foi mencionado no decorrer das entrevistas. Os participantes da pesquisa, relataram que a não interação entre ambas as partes foi um processo difícil, pois os impossibilitavam de tirar dúvidas durante o decorrer das aulas.

A nova realidade imposta pela pandemia, no qual o ambiente virtual *online* passou a fazer parte do dia-a-dia dos professores e estudantes, trouxe a necessidade de reestruturar as metodologias de aprendizado oriundas do ambiente físico para o ambiente virtual de ensino. Desta forma, para manter a interação entre aluno/professor e/ou professor aluno, as aulas remotas foram mantidas em dias e horários semelhantes as aulas teóricas ministradas presencialmente (FRANCO, BERGAMIN, CADORIN, 2021).

Dentre as metodologias de ensino utilizadas pelas IES e professores estão: o uso de aulas expositivas com vídeos didáticos sobre a temática da aula; debates e discussão de casos clínicos; avaliações virtuais com questões objetivas e dissertativas elaboradas com mais complexidade, uma vez que os alunos não estariam em sala de aula presencial tendo a supervisão do professor, podendo então utilizar os materiais e recursos bibliográficos, exigindo do aluno(a)

interpretação desses materiais e estudos das aulas uma vez já ministradas; elaboração de mapas mentais e resolução de casos clínicos para uma melhor fixação do conteúdo; apresentação de seminários e resolução de atividades (FRANCO, BERGAMIN, CADORIN, 2021).

A mudança para ensino remoto requereu dos professores e alunos grandes adaptações, exigindo dos mesmos, disciplina, foco, concentração e autonomia. No entanto, com o desdobramento da pandemia, houve um melhor conhecimento sobre a doença, protocolos e tratamentos foram criados, as dificuldades foram adaptadas e/ou superadas, trazendo à tona uma nova realidade, qual seja, preparar-se para o retorno das aulas presenciais em todos os âmbitos educacionais (BRAGIATTO, MATTA, 2021; GABRIEL, *et al.* 2021; QUINTINO, NETO, CORRÊA, 2021).

Segundo o estudo realizado por Quintino, Neto e Corrêa (2021), a saída do ensino remoto e a retomada das aulas presenciais, será marcado por um ambiente de inseguranças, medo e incertezas por parte dos gestores, docentes, alunos e familiares, devido ao aparecimento das novas variantes do coronavírus.

O plano de retomada as aulas presenciais serão marcadas por adaptações a protocolos que envolvam cuidados com a biossegurança dos alunos, professores e colaboradores, com vistas a minimizar a disseminação e infecção pelo vírus. Além da necessidade de acolhimento dos alunos, professores e colaboradores, com foco na saúde emocional de todos, visto que a pandemia causou diversos traumas, como por exemplo “a perda de entes queridos”, o que pode comprometer o processo de ensino-aprendizagem (QUINTINO, NETO, CORRÊA, 2021).

Já o estudo realizado por Almeida *et al.* (2021), destaca que o cenário de retorno às aulas presenciais é de muitas incertezas e existem muitos receios sobre este retorno, tais como: distanciamento físico impostos pelas autoridades sanitaristas; condições emocionais como stress e medo; medo de contaminação pela Covid-19; compromisso do aluno com a escola e/ou universidade, devido à falta de rotina imposta pelo ensino remoto; stress docente ao fazer ao alunos cumprirem os protocolos de segurança; e o resgate dos conteúdos que causaram lacunas na aprendizagem.

Além disso, a volta aulas no formato presencial será acompanhado de muita aprendizagem e de abertura a novas possibilidades, onde será possível inserir as metodologias de aprendizagem utilizadas durante o período de aulas remotas, neste

período de retorno pós pandemia, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem (ALMEIDA, *et al.* 2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu observar que o uso de tecnologia de informação e comunicação trouxe contribuições importantes durante a pandemia, uma vez que permitiu prosseguir com o ano letivo, sem que houvesse a necessidade de paralisar todo o sistema de ensino. Além do mais, o uso de tecnologias remotas permitiu que os estudantes criassem sua própria rotina de estudo, visto, que era disponibilizado na plataforma de ensino as aulas gravadas, para acesso do aluno no horário e local desejado.

Embora seja um método temporário de ensino, vale ressaltar que o mesmo apresentou fragilidades, principalmente no início, além de suas contribuições. Isso porque, os participantes da pesquisa relataram dificuldades de adaptação tanto por parte do aluno quanto do docente, devido à falta de concentração, falta de interação entre aluno e professor, e a impossibilidade da realização de aulas práticas durante a fase de isolamento social, esta última, por sua vez, essencial para dar prosseguimento ao conhecimento adquiridos em sala de aula.

Devido as fragilidades encontradas no decorrer desta pesquisa, sugere-se aprofundar o estudo a respeito de didáticas de ensino voltadas para o ensino remoto, considerando que este demonstrou-se essencial para contribuir com o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, não só no ensino superior como também na educação básica.

Também, desperta-se a atenção para a graduação em enfermagem devido a todo o seu rigor e por tratar-se de um curso que a teoria e prática devem caminhar juntas, fazendo com que o ensino remoto seja atribuído somente de forma emergencial. No que tange a outros métodos, não deve ser cogitada a possibilidade de realização deste curso no formato EaD, em qualquer nível, pois acredita-se que poderá ser prejudicial para a sociedade, já que cuidado de enfermagem não se limita a algo virtual, mas sim a aquilo que é real, possui corpo e forma.

Por fim, o presente estudo possibilitou estudar mais profundamente a pandemia da Covid-19, bem como as mudanças vivenciadas pela sociedade durante este período e os desafios e vantagens vivenciados pelos participantes, enquanto acadêmicos de ensino superior no formato remoto de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Patrícia Rodrigues de. *et al.* Relações no ambiente escolar pós-pandemia: enfrentamentos na volta às aulas presenciais. ***Rev. Actual. Investig. Educ*** [online]. 2021, vol. 21, n. 3, p. 275-302. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?pid=S1409-47032021000300275&script=sci_arttext. Acesso em: 31 jan. 2022.

ANDRADE, D. R. da S. B.; BENATI, M.A F. N de O. Revolução na Educação do Ensino Superior no Brasil: EaD. **Rev. Saberes, Rolim de Moura**, vol. 9, n. 1, jan./jul, 2019. Disponível em: https://facsaopaulo.edu.br/wp-content/uploads/sites/16/2019/07/REVOLU%C3%87%C3%83O-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-DO-ENSINO-SUPERIOR-NO-BRASIL-EAD-1.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 3º reimp. da 1º edição. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORTOLANZA, Juarez. TRAJETÓRIA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO – UMA BUSCA DA ORIGEM ATÉ A ATUALIDADE. **Anais** [...]. Argentina: UFSC, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 out. 2021.

BRAGIOTTO, Bruna Lopes; MATTA, Cristiane Maria Barra da. Adaptação Acadêmica e Autoeficácia no Contexto da Pandemia Covid-19. **Anais do 12.º Seminário Mauá de Iniciação Científica**, São Paulo, 2020. Disponível em: https://maua.br/files/122020/adaptacao-academica-autoeficacia-contexto-pandemia-covid-19-151501.pdf?utm_medium=cpc&utm_source=google&utm_campaign=vagas2022&utm_content=s_institucional. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde – **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde – **Resolução nº 515 de 07 de abril de 2016**. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso515.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2494.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. acesso em: 17 jan. 2022.
https://emec.mec.gov.br/

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. MEC – **História**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. MEC – **Salto para o Futuro**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/busca-geral/111-tv-mec-818951690/tv-escola-1440558247/13258-salto-para-o-futuro-sp-1346571866. Acesso em 20 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação Portaria nº 329, de 11 de março de 2020. Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação - COE/MEC, no âmbito do Ministério da Educação. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 2020, n. 49, p. 165, 12 mar. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-329-de-11-de-marco-de-2020-247539570. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 2020, n. 53, p. 39, 18 mar. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação Portaria nº 345, de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 2020, n. 54-D, p. 1, 19 de mar. de 2020. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=603&pagina=1&data=19/03/2020&totalArquivos=1. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 - Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do

coronavírus (COVID-19). **Diário Oficial da União**, Brasília, p.185, 12 ago. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação Portaria nº 473, de 12 de maio de 2020. Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 2020, n. 90, p. 55, 13 de mai. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-473-de-12-de-maio-de-2020-256531507?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaria%2520473%252C%252012%2520de%2520maio%2520de%25202020. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 2020, n. 144, p. 62, 17 jun. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 2019, n. 239, p. 131, 11 de dez. 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde – **Brasil registra 350 milhões de doses de vacinas Covid-19 aplicadas.** Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/janeiro/brasil-registra-350-milhoes-de-doses-de-vacinas-covid-19-aplicadas. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde Resolução nº 573, de 31 de janeiro de 2018. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 2018, n. 213, p. 38, 31 jan. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/48743098/do1-2018-11-06-resolucao-n-573-de-31-de-janeiro-de-2018-48742847. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde – **Painel Coronavírus.** Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde – **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde – **Vacinometro.** Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. RCIPEA – **Ensino Superior no Brasil: Uma visão abrangente.** Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. UNA-SUS – **Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença.** Disponível em: https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca. Acesso em: 17 out. 2021.

CAIRES, Elon Saúde; JÚNIOR, Paulo Jonas dos Santos. O enfermeiro na docência superior: uma reflexão sobre o seu papel. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 5, p. S442-S446, 5 dez. 2018. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/7844. Acesso em: 31 jan. 2022.

CAMACHO, Alessandra Conceição Leite Funchal. Ensino remoto em tempos de pandemia da covid-19: novas experiencias e desafios. **Online Brazilian Journal of Nursing**, [*S/l],* 2020, v.19, n.4, 2020. Disponível em: http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/6475/pdf-pt. Acesso em 07 jan. 2022.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Cofen rejeita portarias que permitem graduação a distância em enfermagem.** Disponível em: http://www.cofen.gov.br/cofen-rejeita-portarias-que-permitem-graduacao-a-distancia-em-enfermagem_97447.html. Acesso em: 20 abr. 2022.

COQUEIRO, Naira Porto da Silva; SOUZA, Erivan Coqueiro. Educação a distância (EAD) e o ensino remoto emergencial (ERE) em tempos de pandemia da Covid 19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, 2021, v.7, n.7, p. 66061-66075, jul.2021. disponível em: https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/32355/pdf. Acesso em: 07 jan. 2022.

COSTA, Jaqueline Brito Da. *et al.* Entraves e benefícios na utilização do ensino remoto para os acadêmicos do curso de enfermagem durante a pandemia de COVID-19: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, *[S. l.]*, v. 11, n. 1, p. e44911124883, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24883. Acesso em: 20 abr. 2022.

DA SILVA, Dairma Oliveira. NOVOS DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE: DESAFIO DO REINVENTAR-SE DO PROFESSOR NO PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL. **Revista Científica Multidisciplinar Brilliant Mind**, Campo Grande, MS, ano 2020, v. 1, n. 1, ed. 1, p. 35-47, set. 2020. Disponível em: http://revistabrilliantmind.com.br/index.php/rcmbm/article/view/5/15. Acesso em 03 fev. 2022.

HUMEREZ, Dorisdaia Carvalho de. *et al*. NORMATIVAS REGULATÓRIAS DOS CURSOS DE ENFERMAGEM A DISTÂNCIA: AÇÕES E REAÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Enfermagem em Foco**, [*S.l.*], v. 10, n. 2, set. 2019.

Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2338/535>. Acesso em: 14 jan. 2022.

ENETERIO, Núbia da Paixão. *et al*. USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA. **Anais do Seminário de Atualização de Práticas Docentes**, [*S. l.*], v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/praticasdocentes/article/view/5726. Acesso em: 8 jan. 2022.

FERNANDES, Carla Silvia. *et al.* Photovoice como método de pesquisa para educação em saúde: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem,** [*S/l*.], v. 21, 2019. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/51434. Acesso em: 30 abr. 2021.

FERNANDES, S. M.; HENN, L. G.; KIST, L. B. Distance learning in Brazil: some notes. **Research, Society and Development**, *[S. l.]*, v. 9, n. 1, p. e21911551, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1551/1406. Acesso em 20 dez. 2021.

FONTELLES, Mauro José. *et al.* **Metodologia da Pesquisa científica: Diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa.** Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

FRANCO, Loise Maria Volgran de Alencar; BERGAMIN, Ivana Caroline Silva; CADORIN, Eufrasia Santos. DESAFIOS CONTEMPORÊNEOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM REMOTA EM TEMPOS DE COVID-19: RELATO DE ESPERIÊNCIA. **Dêciência em Foco.** v.5, n.1, 2021. Disponível em: http://revistas.uninorteac.com.br/index.php/DeCienciaemFoco0/article/view/563. Acesso em: 20 jan. 2022.

GABRIEL, Nilson da Silva. *et al.* O retorno às aulas no pós-pandemia: estudo de caso e análise comparativa entre o ensino público e o ensino privado. **Terrae Didatica**, Campinas, SP, v. 17, n. 00, p. e021005, 2021. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8663375. Acesso em: 28 jan. 2022.

GOMES, José Roberto; PINTO, Valmir Flores. 50 anos da Lei Nº 5.540/68 da Reforma Universitária: O que há para comemorar?. **RECH-Revista Ensino de Ciências e Humanidades –Cidadania, Diversidade e Bem Estar,** [*S/l*.], 2017, v. 1, n.1, p. 429-466, jul./dez.2017. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/4751/3857. Acesso em: 27 nov. 2021.

GUSSO, Hélder Lima. *et.al.* Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação & Sociedade.** Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.238957. Acesso em: 05 jan. 2022.

JÚNIOR, Silvio de Almeida. *et al.* COVID-19 e a infecção por SARS-CoV-2 em um panorama geral. **Brazilian Journal of Health Review,** Curitiba, 2020, v. 3, n. 2, p. 3508-3522, mar./apr.2020. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9101/7732. Acesso em: 30 abr. 2021.

LIMA, Sonia Pantoja Nascimento. *et al.* Desafios do processo ensino aprendizagem frente à pandemia do novo coronavírus. **Research, Society and Development**, [*S. l*], v. 10, n. 1, p. e55210111741, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11741. Acesso em: 19 jan. 2022.

LIRA, Ana Luiza de Carvalho. *et al.* Educação em enfermagem: desafios e perspectivas em tempos da pandemia COVID-19. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [*S/l*], v.73, suppl 2, 2020. Disponível em: https://reben.com.br/revista/artigos/?volume=73&ano=2020&numero=14&item=407. Acesso em: 05 jan. 2022.

LOBO, Alex Sander Miranda; GOMES, Luiz Cláudio Maia. O uso das TICs como ferramenta de ensino-aprendizagem no Ensino Superior. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, 2015, v.25, n.44, p.16-26, jul-dez 2015. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/9056/8055. Acesso em: 21 jan. 2022.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [*S/l*], v.28, n.4, p 1263-1267, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/PsyyZM3qmWPBQcBMm5zjGQh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 05 jan. 2022.

MANUAL MSD. **Coronavírus e síndromes respiratórias agudas (MERS and SARS).** Disponível em: https://www.msdmanuals.com/pt/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/v%C3%ADrus-respirat%C3%B3rios/coronav%C3%ADrus-e-s%C3%ADndromes-respirat%C3%B3rias-agudas-covid-19-mers-e-sars. Acesso em: 17 jun. 2022.

MARTINS, Caroline Lemos. *et al.* O trabalho do enfermeiro enquanto decente do ensino superior: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 32, p. e1159, 7 out. 2019. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/1159. Acesso em: 31 jan. 2022.

MONTENEGRO, Rebeca Maria Bruno; MATOS, Emanuelle Oliveira da Fonseca; LIMA, Maria Socorro Lucena. Desafios e possibilidades do trabalho docente em tempos de pandemia. **Ensino em Perspectivas**, *[S. l.]*, v. 2, n. 3, p. 1–10, 2021. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6476. Acesso em: 3 fev. 2022.

MORAES, Rafael Silvério de. A formação profissional do Enfermeiro Docente. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [*S/l]*, ano 05, ed. 06, Vol. 12, p. 72-82, junho de 2020. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/enfermeiro-docente. Acesso em: 02 fev. 2022.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. **ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA VISÃO ABRANGENTE.** Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf#:~:text=Este%20trabalho%20pretende%20oferecer%20uma%20vis%C3%A3o%20abrangente%20da,econ%C3%B4mico%20e%20social%20duradouro%20e%20consistente%20no%20Brasil. Acesso em: 17 jun. 2022.

OLIVEIRA, Sidmar da silva; SILVA, Obdália Santana Ferraz; SILVA, Marcos José de Oliveira. EDUCAR NA INCERTEZA E NA URGÊNCIA: IMPLICAÇÕES DO ENSINO REMOTO AO FAZER DOCENTE E A REINVENÇÃO DA SALA DE AULA. **EDUCAÇÃO**, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, p. 25–40, 2020. Disponível em: Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9239. Acesso em: 4 fev. 2022.

PEDROSA, Sheila Mara. *et al.* DOCÊNCIA EM ENFERMAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA PELA COVID-19: RELAÇÃO DOCENTE-ACADÊMICO E PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS FUTURAS NO ENSINO REMOTO. **Anais do Seminário de Atualização de Práticas Docentes**, [*S/l*], v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/praticasdocentes/article/view/5791. Acesso em: 8 jan. 2022.

PELLI, D.; VIEIRA, F. C. F. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA. **CIET:EnPED**, São Carlos, maio 2018. Disponível em: https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/907/192. Acesso em: 20 dez. 2021.

QUINTINO, A. S. de S.; ANTUNES NETO, J. N.; CORREA, J. ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) EM PAUTA: PENSAR OS DESAFIOS DE ENFRENTAMENTO À RETOMADA DAS AULAS PRESENCIAIS NA PANDEMIA. **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: https://nasnuv.com/ojs2/index.php/CILTecOnline/article/view/774. Acesso em: 31 jan. 2022.

SILVA, Alba Valeria Vieira Da. *et al*. Os desafios enfrentados no processo de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia nos cursos de graduação. **Anais VII CONEDU - Edição Online...** Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/69222>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SILVA, Carla Marins. *et.al.* Pandemia da COVID-19, ensino emergencial a distância e Nursing Now: desafios à formação em enfermagem. **Revista Gaúcha de**

Enfermagem, [*S/l*], v.42, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/rgenf/article/view/110880. Acesso em: 05 jan. 2022.

SILVA, Jakeline Gavioli de Souza. **DESAFIOS DA DOCÊNCIA PARA O PROFISSIONAL ENFERMEIRO.** 41 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) Graduação em Enfermagem. Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA. Ariquemes – RO. 2017.

SILVA, Marcia Zanievicz de; VENTURINI, Jonas Cardona; NEZ, Evandro De. Quali x Quanti – Quanti x Quali: Desevendando Mitos e verdades sobre as Abordagens na Pesquisa em Ciências Contábeis. **XVIII USP International Conference in Accounting.** São Paulo, jul.2018.

SOARES, R. de A.; SILVA, G.A.e. Regulamentos da EaD no Brasil e o Impacto da Portaria Nº 343/2020 no Ensino Superior. **EaD em Foco**, [*S/l*], v. 10, n.3, e1043, 2020. Disponível em: https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1043/550. Acesso em: 20 dez. 2021.

TANAKA, Erika Zambrano. *et al.* A educação a distância nos cursos de graduação de enfermagem: aplicação e efetividade. **Revista on line de Política e Gestão Educacional,** Araraquara, 2017, v. 21, n. esp.1, p. 831–841, out.2017. disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10455/6813. Acesso em: 17 jan. 2022.

TEIXEIRA, Aldira Samantha Garrido et al. O Uso de Tecnologias de Comunicação e Informação no Processo de Ensino Aprendizagem: uma Inovação diante da Pandemia. **Enfermagem em Foco**, [*S.l*], v.12, n.7 Supl.1, set. 2021. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/5174/1155>. Acesso em: 21 jan. 2022.

UNESCO. **Educação um tesouro a descobrir.** Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por?. Acesso em: 22 jan. 2022.

VARGAS, Gabriele. *et al*. Síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (SARS-CoV-2) e células gliais: Insights e perspectivas. **Cérebro, Comportamento e Imunidade – Saúde,** [*S.l*], v. 7, ago. 2020. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666354620300922?via%3Dihub. Acesso em: 17 jun. 2022.

VIANA, Maria Elisete Ribeiro Pinto; MIGUEL, Joelson Rodrigues. Desafios Pedagógicos e Emocionais do Professor Frente à Pandemia da Covid-19 / Pedagogical and Emotional Challenges for theTeacher Facing the Covid-19 Pandemic. **ID on line. Revista de psicologia**, [*S.l.*], v. 15, n. 56, p. 404-415, jul. 2021. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3151. Acesso em: 03 fev. 2022.

VOLPATO, Ariane Teixeira. *et al.* Entendendo mais sobre a patologia da COVID-19 desencadeada pela infecção do vírus respiratório SARS-CoV-2: uma revisão da

literatura. **Journal of INFECTION CONTROL,** Brasil, 2020, v. 9, n.3, p. 175-180, jul./set.2020. Disponível em: https://jic-abih.com.br/index.php/jic/article/view/336/pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Painel da OMS sobre o coronavírus (COVID-19).** Disponível em: https://covid19.who.int/. Acesso em: 07 abr. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Situação do Brasil.** Disponível em: https://covid19.who.int/region/amro/country/br. Acesso em: 07 abr. 2022.

XAVIER, Analucia R. *et al.* COVID-19: manifestações clínicas e laboratoriais na infecção pelo novo coronavírus. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial,** Rio de Janeiro, 2020, v. 56, p. 1-9, jun.2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/jbpml/v56/pt_1676-2444-jbpml-56-e3232020.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

XIMENES NETO, Francisco Rosemiro Guimarães. Educação em Enfermagem no Brasil: avanços e riscos. **Enfermagem em Foco**, [*S.l.*], v. 10, n. 6, maio 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3368/643>. Acesso em: 15 jan. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Caro (a) participante, este questionário faz parte de uma pesquisa e tem como objetivo caracterizar o perfil socioeconômico dos graduandos em enfermagem participantes do estudo. A pesquisa tem o intuito de analisar e descrever a percepção dos estudantes acerca das contribuições das tecnologias remotas no processo de ensino-aprendizagem em tempos de pandemia. Após verificar as respostas daremos continuidade a pesquisa, onde iremos encaminhar um novo questionário sobre o tema a ser abordado. Dessa forma, precisamos que seja sincero (a) para responder as perguntas abaixo. O questionário é sigiloso e não faremos a identificação de quem respondeu. Agradecemos a sua participação.

ASSINALE SOMENTE **UMA ALTERNATIVA** PARA CADA QUESTÃO

1. Qual a sua idade?
( ) 17 a 22 anos ( ) 23 a 27 anos ( ) 28 a 32 anos ( ) 33 a 37 anos
( ) Mais de 37 anos

2. Qual o seu gênero (sexo)?
( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Bigênero

3. Qual a sua cor ou etnia?
( ) Preta ( ) Parda ( ) Branca
( ) Amarela ( ) Indígena ( ) Não deseja declarar

4. Qual a sua religião?
( ) Católica ( ) Evangélica ( ) Ateu
( ) Judaica ( ) Espírita ( ) Testemunha de Jeová
( ) Não tenho ( ) Outra

5. Qual o seu estado civil?
( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) Divorciado(a)
( ) Viúvo(a) ( ) Amasiado(a) ( ) União Estável

6. Você possui filhos?
( ) 1 filho(a) ( ) 2 filhos(a) ( ) 3 filhos(a) ( ) Mais de 4 filhos(a)
( ) Não possui

7. Você está trabalhando atualmente?
( ) Sim, trabalho em tempo parcial (até 30h semanais)
( ) Sim, trabalho em tempo integral (mais de 30h semanais)
( ) Não

8. Atualmente você trabalha em qual regime?
( ) Assalariado ( ) Estagiário ( ) Autônomo ( ) Não trabalha

9. Onde você mora atualmente?

( ) Com os pais ( ) Sozinho ( ) Com o cônjuge
( ) República ( ) Casa de familiares ( ) Moradia mantida pela família
( ) Pensão ( ) Outros tipos de moradia

10. Qual é aproximadamente a renda mensal de toda a sua família? (somando todas as fontes de renda bruta)
( ) Nenhuma renda
( ) Até 1 salário mínimo (até R$ 1.045,00)
( ) De 1 a 3 salários mínimos (de R$ 1.045,00 até R$ 3.135,00)
( ) De 3 a 6 salários mínimos (de R$ 3.135,00 até R$ 6.270,00)
( ) De 6 a 9 salários mínimos (de R$ 6.270,00 até R$ 9.405,00)
( ) De 9 a 12 salários mínimos (de R$ 9.405,00 até R$ 12.540,00)

11. Quantas pessoas vivem dessa renda?
( ) 1 pessoa ( ) 2 pessoas ( ) 3 pessoas ( ) Mais que 4 pessoas

12. Você contribuiu com a renda familiar?
( ) Não ( ) Sim ( ) Sim, sou o principal provedor

13. Você já possui uma outra graduação?
( ) Sim ( ) Não ( ) Iniciei, mas não concluí

14. Qual período de graduação está cursando?
( ) 2º ( ) 6º ( ) 10º

15. Você recebe algum tipo de bolsa de estudos ou financiamento para custear as mensalidades do curso?
( ) Sim ( ) Não (Passe para a pergunta 17)

16. Que tipo de bolsa de estudos ou financiamento você recebe para custear as mensalidades do curso?
( ) ProUni integral
( ) ProUni parcial
( ) FIES
( ) ProUni parcial e FIES
( ) Bolsa integral ou parcial oferecida por outra entidade (empresa, ONG, etc)
( ) Outro tipo de bolsa oferecido por governo estadual, distrital ou municipal

17. Quais tecnologias você dispõe para acompanhar o curso?
( ) Computador ( ) Notebook ( ) Smartphone ( ) Outras

18. Você possui acesso a internet em seu domicilio?
( ) Sim, rede móvel ( ) Sim, à rádio ( ) Sim, banda larga ( ) Não

19. Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedica aos estudos, exceto as horas de aula?
( ) Nenhuma, apenas assisto as aulas ( ) Uma a três horas
( ) Quatro a sete horas ( ) Oito a doze horas
( ) Mais de doze horas

APÊNDICE B – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO

Caro (a) participante, este roteiro faz parte de uma pesquisa, e tem por objetivo colher dados para o estudo. A pesquisa tem o intuito de analisar e descrever a percepção dos estudantes acerca das contribuições das tecnologias remotas no processo de ensino-aprendizagem em tempos de pandemia. Dessa forma, precisamos que seja sincero (a) para responder as perguntas abaixo. O questionário é sigiloso e não faremos a identificação de quem respondeu. Agradecemos a sua participação.

1. Qual a sua percepção acerca do ensino remoto?

2. Quais as contribuições do ensino remoto, para o processo de ensino-aprendizagem na enfermagem?

3. Na sua opinião, o processo de ensino-aprendizagem em enfermagem sofreu algum tipo de impacto, devido ao uso de tecnologias remotas em tempos de pandemia?

4. Como discente, quais as dificuldades vivenciadas por você para se adaptar ao ensino remoto?

5. Em relação a interação aluno/professor e/ou professor/aluno, você observou alguma diferença entre o ensino presencial e o ensino remoto? Justifique sua resposta.

6. Em relação ao docente, observou algum tipo de dificuldade para que o mesmo se adaptasse ao ensino remoto?

7. Você possui sugestões para contribuir para a melhoria do ensino-aprendizagem de enfermagem em tempos de pandemia? Se sim, apresente-as.

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ PERMANENTE DE ÉTICA EM PESQUISAS COM SERES HUMANOS

FACULDADE DE APUCARANA - FAP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO ENSINO DA ENFERMAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA

Pesquisador: Diego Raone Ferreira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 52320021.1.0000.5216

Instituição Proponente: Centro de Estudos Superiores de Apucarana / Faculdade de Apucarana -

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.037.504

Apresentação do Projeto:

O Brasil e o mundo enfrentam uma pandemia que está causando grandes transtornos à população. Os primeiros relatos da doença surgiram em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, capital de Hubei na China, onde um novo vírus com potencial de infectar o trato respiratório causando pneumonia fora transmitido aos seres humanos, se propagando de forma rápida por contato direto ou indireto (VOLPATO, et al. 2020). A infecção varia de quadros assintomáticos, como um resfriado comum, podendo evoluir para a síndrome respiratória aguda grave (SRAG), e foi nomeada em fevereiro de 2020 pelo Comitê Internacional de Taxonomia de vírus - International Committee on Taxonomy of Viruses (ICTV) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) de SARS-CoV-2 – Coronavírus-2 – COVID-19 (VOLPATO, et al. 2020; XAVIER, et al. 2020). A transmissão da doença ocorre de pessoa a pessoa através do contato direto com secreções contaminadas com o vírus, como espirros, tosse e gotículas de saliva ou pelo contato indireto com superfícies contaminadas. O período de incubação após o contágio é de 2 a 14 dias e as manifestações clínicas comuns apresentadas pela doença incluem fadiga, febre, tosse seca, obstrução nasal, coriza, inflamação na garganta, cefaleia, hemoptise (tosse com sangue), mialgia, taxa de saturação de oxigênio menor que 95% (SpO2<95%) em ar ambiente, desconforto respiratório como dificuldade para respirar, taquipneia, podendo, também, apresentar manifestações clínicas raras como problemas gastrointestinais, que incluem anorexia, diarreia, náuseas, vômitos e dor abdominal (JÚNIOR, et al. 2020; VOLPATO, et al. 2020). Segundo o

Endereço: Rua Osvaldo de Oliveira, nº 800, Bloco IV, sala 2, piso inferior
Bairro: Jardim Flamingos **CEP:** 86.811-500
UF: PR **Município:** APUCARANA
Telefone: (43)3033-8920 **E-mail:** comite.etica@fap.com.br

Ministério da Saúde, o Brasil possui uma população de 210.147.125 habitantes e até o dia 10 de agosto de 2021 o país somava um total de 20.212.642 casos acumulados, com um total de 34.885 novos casos e um número de óbitos acumulados de 564.773 habitantes, sendo destes 1.211 novos óbitos nas últimas 24 horas. Em contrapartida, o número de pessoas em tratamento corresponde a 625.145 e, em relação as recuperadas, tem-se o número de 19.022.724 brasileiros (BRASIL,
2021). A vacinação no país encontra-se em fase de andamento e, de acordo com dados atualizados em 15 de junho de 2021, a estimativa dos grupos prioritários que serão priorizados na imunização contra a COVID-19 é de 81.651.408 pessoas, que serão convocadas para vacinação mediante a critérios (BRASIL, 2021). Estes grupos incluem: pessoas com faixas etárias avançadas; trabalhadores da saúde; pessoas com doenças crônicas e comorbidades; trabalhadores que exercem profissões consideradas como essenciais e de risco (BRASIL, 2021). Sendo a população geral (pessoas de 18 a 59 anos) também convocada para a vacinação um total de 76.443.686 habitantes. As doses da vacina distribuídas para as
Unidades Federativas (UFs) somam um total de 184.832.006 doses, com um percentual de 108.849.598 pessoas vacinadas com a primeira dose e 46.582.569 pessoas vacinadas com a segunda dose, somando um total de 155.432.167 doses de vacina aplicadas até o dia 11 de agosto de 2021 (BRASIL, 2021). O uso de tecnologia de informação e comunicação fez-se presente durante todo o período de interrupção de contatos presenciais proposto pelas autoridades sanitaristas, o que contribuiu para adequação do ensino ao modelo remoto. As instituições de ensino superior estavam habituadas a ofertarem suas aulas no formato presencial e, como a mudança das aulas presenciais para remotas surgiu de maneira emergencial, a única alternativa para se adaptar ao novo cenário foi a inserção do uso de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Neste processo, as TIC mais utilizadas durante o ensino remoto foram aplicativos como Google Meat, Google Classroom, Zoom e Team Link para acesso a aulas em tempo real, além do WhatsApp® como forma de transmitir recados instantâneos. O cenário pandêmico que disseminou-se pelo país e a remodelação do formato de aprendizagem foi vivenciado pela pesquisadora que, consequentemente, precisou aderir a distintas tecnologias e participar em aulas ministradas no formato on-line. Com isso, foi possível observar que estes recursos foram fundamentais para atender este momento crítico de emergência epidemiológica e isolamento social, por meio do emprego adequado de tecnologias e a adequação da didática de ensino a realidade. Deste modo, o desenvolvimento do presente estudo torna-se de suma relevância para compreender a relação das tecnologias de informação e comunicação e o processo ensino-

aprendizagem de acadêmicos de um curso de enfermagem, desvelando possíveis fragilidades e potencialidades do modelo adotado, como também, para entender como foi a experiência dos discentes com todo este processo.

Hipótese:
A COVID-19 tornou-se uma doença pandêmica, colocando todo o mundo em alerta, em especial o Brasil. Diante do atual cenário pandêmico em que o país se encontra as orientações concedidas pela Organização Mundial de Saúde e Ministério da Saúde foram fundamentas para o controle epidemiológico, com destaque para a relevância do isolamento social como alternativa para frear a disseminação do vírus, priorizando atividades remotas quando possível. Deste modo, tem-se a hipótese de que as tecnologias de informação e comunicação contribuiu para o ensino remoto, pois permite que aulas uma vez ministradas de forma presencial, sejam ministradas no formato remoto emergencial, possibilitando mesmo que em formato remoto a interação entre professor/aluno e/ou aluno/professor, facilitando então o processo de ensino/aprendizagem em tempos de pandemia. Neste interim, vários setores econômicos foram afetados, incluindo as Instituições de Ensino Superior (IES). Por isso, surgiu o seguinte questionamento: qual a contribuição das tecnologias remotas no processo de ensino-aprendizagem de acadêmicos de um curso de enfermagem em tempos de pandemia?

Metodologia Proposta:
Para o desenvolvimento da presente pesquisa adotar-se a o método exploratório, descritivo, de abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa é um tipo de pesquisa propícia para quem busca o entendimento de fenômenos específicos de natureza social e cultural, por meio de descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas (FONTELLES, et al. 2009). Coadunado a abordagem qualitativa será adotado o Photovoice, que consiste em uma técnica de caráter pesquisa-ação, participativa, qualitativa e orientada efetivada em três etapas: permitir que os participantes registrem fotos e reflitam sobre elas; permitir que os participantes construam registros fotográficos que delineiem as diferenças e as características dos desafios problematizados, associando os significados atribuídos às imagens produzidas, contribuindo para o conhecimento das questões e dos problemas enfatizados; permitir a elaboração de estratégias de intervenção sobre a questão abordada (FERNANDES, et al. 2019). O local para a realização da presente pesquisa será uma instituição de ensino superior privado – IES, situado em uma cidade de

médio porte, localizada na região norte do Paraná. A população alvo para o presente estudo será composta por aproximadamente 30 estudantes, regularmente matriculados no 2º, 6º e 10º semestre de um curso de enfermagem oferecido por uma Instituição de Ensino Superior. O interesse em abordar os referidos períodos fundamenta-se nas experiências que estes alunos tiveram durante o período de pandemia e aprendizado, e principalmente, por constituírem uma parcela dos graduandos que encontram-se na fase inicial, meio e próximo da conclusão do curso, podendo transmitir diferentes sentimentos, valores e significados. Serão utilizados como instrumentos de pesquisa dois questionários elaborados pelo pesquisador, sendo eles: a) questionário de caracterização sociodemográfica dos participantes e roteirosemiestruturado com perguntas relacionadas a questão central do estudo. A coleta de dados ocorrerá em dois formatos
distintos: o primeiro formato será realizado presencialmente no período noturno, nas dependências da instituição, em uma sala reservada, com o segundo e sexto semestre, em horário a combinar com professor responsável pela turma de modo a não ocasionar prejuízos para os participantes. Os períodos selecionados serão divididos em grupos e, cada um destes, serão atendidos em horários distintos. O segundo formato será realizado on-line e terá momentos remotos, com alunos do décimo semestre, que participarão com auxílio do software TeamLink, tendo em vista que estes não estão frequentando aulas teóricas nas dependências da instituição devido ao estágio curricular obrigatório, que provavelmente inviabilizará a abordagem presencial. Para ambos os formatos, a coleta será realizada em três fases, sendo elas: 1) apresentação da proposta de pesquisa, com apresentação dos objetivos, métodos, aspectos ético-legais, contribuições e aplicação do questionário sociodemográfico; 2) proposição da técnica Photovoice e todas as orientações necessárias para sua realização; 3) momento destinado a apresentação das fotografias capturadas, discussão sobre sua correlação com a temática em investigação e manifestação dos significados, valores e crenças de cada sujeito por meio da narrativa e imagem.

Critério de Inclusão:
Ser maior de 18 anos; Estar matriculados no curso de enfermagem da instituição; Frequentar a instituição de ensino no mínimo seis meses; Assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a participação da pesquisa e Termo de Autorização para Gravação de Voz e/ou Registro de Imagens.

Critério de Exclusão:
Não atender ao chamado para a pesquisa, após três tentativas; Não percorrer todas as fases

propostas para a investigação.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender a utilização das tecnologias de informação e comunicação em um curso de enfermagem durante o período de pandemia.

Objetivo Secundário:

Discorrer a respeito do ensino remoto e práticas pedagógicas durante o período pandêmico; Identificar as potencialidades e fragilidades das tecnologias educacionais para o ensino de enfermagem; Descrever a relação dos docentes com as tecnologias de ensino e a modalidade remota de ministrar aula.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Toda a pesquisa com seres humanos pode envolver riscos, estes poderão ser de natureza psicológica, como desconforto, cansaço e constrangimento por parte dos participantes em responder determinadas questões. No entanto, o participante possui autonomia garantida em todas as fases do estudo e poderá abster-se em responder quaisquer questões ou manifestar interesse em retirar sua participação, em qualquer momento. Diante da ocorrência de um possível risco, os participantes também poderão ser acompanhados e encaminhados pelos pesquisadores a serviços assistenciais para acolhimento e aconselhamento, como a clínica de psicologia da instituição, livre de quaisquer ônus. Os pesquisadores assumem o compromisso de acompanhar possíveis ocorrências de riscos e intervir de forma rápida e segura, como também notificar imediatamente o comitê de ética para avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de adequar ou suspender o estudo, em qualquer fase.

Benefícios:

Dentre os benefícios decorrentes deste estudo pretende-se compreender a percepção dos graduandos de um curso da área da saúde acerca das TIC no ensino, obtendo sugestões para a melhoria do ensino-aprendizagem de modo a contribuir para o processo ensino-aprendizagem, didáticas de ensino e utilização de recursos, principalmente em situações emergências como pandemia. Portanto, espera-se que este trabalho traga contribuições de grande relevância para a área da educação e saúde, abrindo novas perspectivas de ensino e estudo, oriundas das discussões e questões que puderem ser identificadas por meio desta pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo exploratório, descrito, de natureza qualitativa, que será desenvolvido com acadêmicos matriculados em três períodos de um curso de enfermagem, por meio da técnica participativa de coleta de dados Photovoice, com o objetivo de compreender a utilização das tecnologias de informação e comunicação em um curso de enfermagem durante o período de pandemia. A coleta de dados será realizada em dois formatos, presencial e remoto, considerando que os acadêmicos do último período do curso estarão em estágio curricular obrigatório, motivo que inviabiliza sua abordagem presencial. Em ambos os formatos, realizar-se-á a investigação em três momentos: 1) será apresentada a pesquisa, com a explanação de seus objetivos, métodos, aspectos éticos (termos), contribuições, e também será aplicado o questionário de caracterização sóciodemográfico; 2) proposição da técnica Photovoice, com a orientação de todos os procedimentos para sua realização; e 3) momento destinado para a apresentação das fotografias e discussões em grupo acerca de sua correlação com a temática em investigação. As narrativas obtidas por meio das fotografias serão analisadas na óptica da análise de conteúdo, proposta por Bardin. O estudo será em desenvolvido em consonância com todos os preceitos ético-legais previsto nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE WEB, TCLE Presencial, Termo de Autorização Institucional e Folha de Rosto preenchimento em conformidade com as Resoluções 466/12 CNS – assinadas e carimbadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com a Resolução 466/12 do CNS do MS, todas as pendências da pesquisa foram atendidas, não sendo encontrados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Considerando o que dispõe a Res. 466/2012-CNS, este Comitê de Ética aprova o trabalho intitulado "CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO ENSINO DA ENFERMAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA", estando esse adequado para sua execução. Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e finais da pesquisa, por meio da plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d.

FACULDADE DE APUCARANA - FAP

Continuação do Parecer: 5.037.504

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1836066.pdf	02/10/2021 18:28:41		Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_Assinada.pdf	02/10/2021 18:26:45	Diego Raone Ferreira	Aceito
Outros	Termo_Clinica.pdf	02/10/2021 17:42:27	Diego Raone Ferreira	Aceito
Outros	Questionario_Sociodemografico.pdf	02/10/2021 17:40:45	Diego Raone Ferreira	Aceito
Outros	Roteiro_Semiestruturado.pdf	02/10/2021 17:38:44	Diego Raone Ferreira	Aceito
Outros	Termo_Imagem_Voz.pdf	02/10/2021 17:37:22	Diego Raone Ferreira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Confidencialidade_Sigilo.pdf	02/10/2021 17:35:20	Diego Raone Ferreira	Aceito
Declaração de concordância	Termo_Anuencia_Institucional.pdf	02/10/2021 17:34:20	Diego Raone Ferreira	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	02/10/2021 12:39:30	Diego Raone Ferreira	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	02/10/2021 12:38:56	Diego Raone Ferreira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Web.pdf	02/10/2021 12:38:45	Diego Raone Ferreira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Presencial.pdf	02/10/2021 12:38:01	Diego Raone Ferreira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa.pdf	02/10/2021 12:30:43	Diego Raone Ferreira	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

Endereço: Rua Osvaldo de Oliveira, nº 600, Bloco IV, sala 2, piso inferior
Bairro: Jardim Flamingos **CEP:** 86.811-500
UF: PR **Município:** APUCARANA
Telefone: (43)3033-8920 **E-mail:** comite.etica@fap.com.br

FACULDADE DE APUCARANA - FAP

Continuação do Parecer: 5.037.504

APUCARANA, 14 de Outubro de 2021

Assinado por:
Ana Paula do Amaral Mônaco Foganholi
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Osvaldo de Oliveira, nº 600, Bloco IV, sala 2, piso inferior
Bairro: Jardim Flamingos **CEP:** 86.811-500
UF: PR **Município:** APUCARANA
Telefone: (43)3033-8920 **E-mail:** comite.etica@fap.com.br